**TERCEIRA SECRETARIA**

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª**

**(PRIMEIRA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA,**

**DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014.**

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, boa tarde.

Sejam bem vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal nesta oportunidade, para participarem da sessão ordinária, com caráter solene, de abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Gostaríamos de convidar todos aqueles que se encontram de pé a tomarem assento junto à bancada dos Parlamentares. Aqueles que se encontram na entrada deste plenário, ocupando o corredor, por favor, adentrem o recinto, para que possamos dar início à sessão.

Mais uma vez, gostaríamos de convidar todos aqueles que ainda se encontram de pé a tomarem assento nas cadeiras verdes, destinadas a convidados e autoridades, bem como na bancada dos Parlamentares, onde ainda temos lugares disponíveis.

Senhoras e senhores, dando início a esta sessão ordinária com caráter solene, convidamos, para presidir os trabalhos, S.Exa. o Sr. Presidente em exercício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Tenho a honra de declarar aberta a presente sessão ordinária, para, em caráter solene, iniciarmos as atividades da 4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Segundo-Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Prof. Israel Batista. (Palmas.)

Convido, neste momento, a tomar lugar à Mesa o Sr. Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Gustavo Ponce de Leon, que comparece a esta Casa trazendo a mensagem do Sr. Chefe do Poder Executivo, Governador Agnelo Queiroz. (Palmas.)

Registro a presença neste plenário dos ilustres Parlamentares Evandro Garla, Arlete Sampaio, Chico Vigilante, Dr. Michel, Luzia de Paula, Rôney Nemer e Celina Leão.

Agradeço a presença das autoridades integrantes do Governo do Distrito Federal, das lideranças empresariais, comunitárias, eclesiásticas e dos demais convidados que prestigiam este importante momento desta Casa de Leis

Iniciando os trabalhos desta sessão, convido todos a ficarem de pé, para entoarmos o Hino Nacional Brasileiro, com a participação da Banda de Música da Polícia Militar do Distrito Federal, sob a regência do maestro Capitão Bragança.

(Hino Nacional.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Nossos agradecimentos à Banda de Música da Polícia Militar do Distrito Federal pelo brilhantismo trazido a esta sessão.

Informo ao Plenário que, pelo caráter desta sessão ordinária, ocorrerão os pronunciamentos desta Presidência e do Sr. Secretário de Estado de Governo, nos termos do art. 100, inciso XI, da Lei Orgânica. Não haverá Ordem do Dia conforme dispõe o art. 114, § 1º, do Regimento Interno. Cumpridas as formalidades legais concernentes ao Poder Executivo do Distrito Federal, daremos início aos Comunicados de Parlamentares, momento em que ocorrerão os pronunciamentos das Sras. e Srs. Deputados.

Aproveito a oportunidade para justificar a ausência do Deputado Wasny de Roure, Presidente deste Poder Legislativo, que se encontra em Washington, Estados Unidos, representando a Câmara Legislativa no 62º National Prayer Breakfast, evento que conta com as presenças do Presidente dos Estados Unidos, de líderes nacionais do Executivo, Legislativo e Judiciário norte-americanos e de autoridades de diversos países do mundo.

Informo também, através de Mensagem, que a Deputada Eliana Pedrosa está comparecendo à audiência pública na Câmara dos Deputados, como também o Deputado Aylton Gomes.

Registro e agradeço a presença das seguintes autoridades neste plenário: Coronel Rogério da Silva Leão, Chefe da Casa Militar do Distrito Federal; Júlio César do Santos, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal; Rejane Pitanga, Deputada e Secretária da Criança; Paulo Antenor de Oliveira, Secretário de Planejamento; Julio César Ribeiro, Secretário de Esporte; Lene Santiago, Secretária de Regularização de Condomínios; Antônio Augusto de Moraes, Secretário da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária; Marcelo Aguiar,

Secretário de Educação; Lucio Valadão, Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Renata de Souza Silva, Secretária Adjunta da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação; Júlio Miragaya, Presidente da Codeplan; Eduardo Alvares, Subsecretário da Secretaria de Governo; Maria América Menezes, Secretária Adjunta de Governo; José Alves da Silva, Secretário Adjunto da Igualdade Racial; Valesca Leão, Secretária Adjunta da Secretaria da Mulher, representando a Secretária Olgamir Amância; Nelson de Andrade Júnior, Secretário Adjunto de Assuntos Estratégicos; Henrique Pinto, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Francisco Carlos Chicão, Administrador do Varjão; Erivaldo Alves, Administrador de Santa Maria; Denilson Costa, Administrador de Águas Claras; Adauto Rodrigues, Administrador do Gama; José Tenório, Administrador do SIA; Salomão Vasconcelos, Administrador de Sobradinho II; Messias de Souza, Administrador Regional de Brasília; Severino Cajazeiras, Vice-Presidente da OAB/DF; Vinícius Benevides, Presidente da Adasa; Adelmir Santana, Presidente da Fecomércio; Alberto Fernandes de Sousa, Vice-Presidente do Creci; Renata Neves, Coordenadora Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal; Mauro Rogério, representando o Vice-Governador Tadeu Filippelli; Sinval de Melo, Vice-Presidente do Instituto de Previdência do Distrito Federal; Gerson Bevenuto, Chefe da Controladoria da Codeplan; Rubens Roriz, Presidente do Sindifisco; Hannah Souza de Meneses, assessora parlamentar; Jesus Divino Souza, Coordenador do Iprev; José Paiva, cientista político; Mariza Fernandes, assessora do Deputado Benedito Domingos; Jean Lima, Coordenador Chefe da Secretaria de Governo; Carlos Odas, Coordenador de Juventude; Wellington Nascimento, Chefe da Assessoria Técnica do gabinete da Secretaria de Cultura; e João Ferreira, Presidente do Sindigraf.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Secretário de Estado de Governo, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, representando o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

SR. GUSTAVO PONCE DE LEON – Sr. Presidente em exercício da Câmara Legislativa, Deputado Agaciel Maia; Sr. Segundo-Secretário, Deputado Prof. Israel Batista; Sras. e Srs. Parlamentares; Secretárias e Secretários; administradores regionais aqui presentes; servidores deste Poder Legislativo; jornalistas e demais convidados, com muito prazer retorno mais uma vez à Câmara Legislativa, Casa à qual servi por treze anos, hoje especialmente honrado por representar o Sr. Governador Agnelo Queiroz na abertura dos trabalhos deste ano de 2014.

"Dirijo-me a V.Exa. e aos demais Deputados Distritais no início desta 4º Sessão Legislativa da 6ª Legislatura para expor a situação do Distrito Federal e indicar as providências que estamos tomando para reorganizar a administração pública, desenvolver as nossas cidades e prestar serviços públicos de qualidade à população.

Três quartos do meu mandado e do mandato do Vice-Governador Tadeu Filippelli já foram cumpridos. Nossos propósitos e os fundamentos em que o atual governo se constitui permanecem os mesmos. Estamos aliados de forma

incondicional com o Governo Federal. Nosso trabalho tem como objetivo central cuidar bem das pessoas. Nosso governo zela pela transparência de suas ações e pelo amplo e irrestrito acesso da população às informações produzidas nas diferentes repartições.

Conforme afirmei em mensagens anteriores, a Capital da República foi assolada por uma crise profunda e devastadora. Apesar de ainda hoje haver reflexos dos desmandos do passado, o atual governo vem implementando um conjunto significativo de medidas em benefício das pessoas que moram e trabalham no Distrito Federal.

Muitas das mudanças que anunciamos na campanha eleitoral de 2010 foram realizadas e entregues à população. Várias outras estão em curso e serão entregues neste ano.

Em 2013, chegamos a 2,3 bilhões em investimentos, o que representa quase o dobro do que foi investido em 2010.

Essas mudanças que estamos fazendo só são possíveis porque, juntos, o Governador e o Vice-Governador do Distrito Federal, estruturamos um governo capaz de compreender os problemas por que passam o Distrito Federal e sua população e apontar as soluções adequadas para cada caso.

Destaco também, como já fiz em mensagens anteriores, o papel decisivo desta Casa na aprovação das matérias de interesse do Poder Executivo e de toda sociedade. O conjunto de projetos debatidos e aprovados pela atual Legislatura demonstra a grandeza de espírito público de cada Parlamentar e o contínuo trabalho de colaboração na busca de soluções para aquilo que é de interesse de todos.

Feitas essas considerações iniciais, apresento a seguir o resumo de algumas áreas das muitas que estão sob a responsabilidade e atuação do governo.

Quanto à saúde pública, quando assumi o governo, ela estava em completo abandono. Passados os três primeiros anos de governo, é possível afirmar que ela já se encontra em outro patamar. Foram feitos inúmeros investimentos na rede física, em recursos humanos, em medicamentos e na gestão.

Trata-se de um grande esforço, dentro da política de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, para qualificar a atenção à saúde oferecida à população por intermédio de ações que integram os diversos componentes da rede em seus aspectos estruturais, organizacionais e de gestão.

Os índices da saúde pública melhoraram e continuam melhorando nos mais diversos aspectos. Tomamos a decisão de aumentar os recursos da saúde, e os dados de execução orçamentária comprovam. Em 2013, chegamos a 17,2% do total das receitas do DF, bem acima do mínimo de 13,05%, aplicados na saúde. Em 2011 e 2012, esse percentual também ficou acima de 16%. Em governos anteriores, o percentual ficava abaixo de 14% em muitos anos.

Assim como a saúde, a educação também é prioridade do atual governo. Fizemos a lei da gestão democrática na escola porque entendemos que a educação, além de ser um direito de todos, é dever do Estado e da família, e tem de ser 'promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho'.

Temos trabalhado diuturnamente na melhoria da rede física do ensino público, com reforma, ampliação e construção de novas unidades educacionais, inclusive, com atenção para creches e pré-escolas.

Estamos ampliando a oferta de educação em tempo integral, valorizando os profissionais de educação, com bons planos de carreira, e dando amplo apoio aos nossos alunos.

A segurança pública é um serviço prestado pelo governo cuja melhoria precisa do envolvimento de toda a sociedade em atuação conjunta com os órgãos públicos diretamente responsáveis por esses serviços.

O programa Ação pela Vida demonstra que, em 2013, houve redução de vários índices de ocorrências policiais, embora ainda seja preciso avançar muito nessa área.

No início deste ano, porém, algumas ocorrências da área de segurança pública ganharam ampla repercussão nos meios de comunicação, associando-as a movimentos reivindicatórios de policiais e bombeiros militares. Tomamos várias providências para coibir as práticas abusivas de alguns poucos e, ao mesmo tempo, intensificamos a presença da PM nas ruas, pois entendemos que o policiamento ostensivo é condição necessária para inibir a ação de criminosos e dar à população o sentimento de estar protegida.

Respeitamos as reivindicações de todas as categorias de servidores do Distrito Federal. Com os policiais e bombeiros militares não é diferente. O governo sempre teve diálogo com os representantes das várias associações e concedeu melhorias na remuneração. Continuamos dispostos a alcançar novos avanços, mas nesse tema dependemos sobremaneira do Governo Federal. A vida das pessoas, no entanto, está acima de todos nós, e com a vida não se transige.

A cultura, o esporte e o lazer são imprescindíveis para se ter qualidade de vida. Por isso temos ampliado não só os recursos de apoio aos produtores culturais, como recuperado vários espaços importantes, como o Cine Brasília, o Planetário, a galeria Athos Bulcão, o Museu de Artes de Brasília, a Concha Acústica e a Casa do Cantador.

Nos esportes, foi inaugurado o novo Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha e a primeira etapa de revitalização do Estádio Nilson Nelson, além da reforma e melhoria de diversos outros espaços esportivos.

Há também vários programas de apoio aos atletas e a revitalização dos centros olímpicos, inclusive com a construção de novos, como em Ceilândia e Sobradinho.

Com a inauguração do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, inserimos Brasília na rota de grandes eventos.

Também temos trabalhado arduamente não só na implementação de medidas que possibilitem acesso à moradia própria, mas também na regularização e escrituração dos imóveis existentes, especialmente porque é inconcebível que, na Capital da República, haja cidades inteiras sem registro imobiliário.

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, foram elaboradas várias leis com essa finalidade. No que se refere às políticas públicas, criamos os programas Morar Bem, Regularizou é Seu, Mutirão de Escrituras etc.

É, porém, imprescindível a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, para que a base jurídica do ordenamento do solo fique completa.

Nos transportes públicos e no sistema viário, estamos promovendo inúmeras modificações alicerçadas no Plano Diretor de Transportes Urbanos, aprovado por esta Casa.

Fizemos a licitação dos ônibus e estamos implantando um novo modelo de transporte público, por meio das faixas exclusivas e dos quatro eixos para veículos leves sobre pneus – Eixo Sul, Eixo Norte, Eixo Sudoeste e Eixo Oeste.

Nessa área, são visíveis as intervenções do governo para, de fato, melhorar o transporte público do Distrito Federal e o seu sistema viário.

O sistema viário, aliás, passa por inúmeras transformações, incluído aí o programa Asfalto Novo, que vai recapear mais de 60% de todas as vias do DF, boa parte das quais já está pronta e entregue.

Na área de infraestrutura, obras e investimentos, herdamos inúmeras dificuldades, que estão sendo superadas.

Centenas de equipamentos estão sendo recuperados e revitalizados. Outros novos estão sendo construídos.

O programa de reestruturação da CEB está em pleno desenvolvimento, e várias obras já foram entregues, como novas subestações, troca de sistemas de fiação e iluminação pública. Depois de anos de sucateamento, a CEB finalmente está investindo na distribuição de energia.

No abastecimento de água, também há várias medidas em andamento, muitas das quais já foram entregues, como a modernização dos sistemas de abastecimento dos núcleos rurais Catingueiro, Boa Vista, São José, Sítio Novo, Sarandi, Taquari, Taquara e o projeto de assentamento Fazenda Larga. Outros onze sistemas foram construídos em escolas rurais da rede pública.

Na administração pública, foram concedidos reajustes salariais a todas as categorias de servidores, conforme aprovação por esta Casa.

Realizamos vários concursos públicos, e já contratamos mais de 26 mil novos servidores nestes três anos de governo.

Na gestão orçamentária e financeira, foram promovidas várias alterações com o intuito de tornar a máquina pública mais ágil e mais eficiente. Isso permitiu aumentar sobremaneira os investimentos no Distrito Federal.

No campo da transparência e controle, nosso governo avançou mais do que todos os outros. Entendemos que a informação é um direito fundamental do cidadão, por isso temos o objetivo precípuo de oferecer à sociedade distrital uma gestão governamental comprometida, eficiente, transparente, participativa e ética.

No reforço às políticas públicas para o desenvolvimento social e a cidadania, trabalhamos em sintonia com o Governo Federal para eliminarmos a extrema pobreza e melhorarmos as condições de vida das pessoas menos favorecidas economicamente. O Plano DF sem Miséria sintetiza esses esforços. Os índices de avaliação dessa área pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios já demonstram melhorias no Distrito Federal.

O desenvolvimento econômico de nossas cidades é reflexo do conjunto das atividades estatais, especialmente numa unidade federativa concebida para ser sede dos Poderes da República, das representações diplomáticas e dos principais organismos internacionais com representação no País.

Além do fomento às atividades empresariais resultantes da renda gerada a partir das obras governamentais, instituímos o Programa Ideas, de apoio ao comércio e à indústria, além da Lei da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Em agricultura e abastecimento, as ações do governo têm sido decisivas para a melhoria da qualidade dos produtos ofertados e para a capitalização do homem do campo.

A taxa de desemprego no Distrito Federal continua em queda, embora ainda haja muito o que fazer. Algumas iniciativas do atual governo, como a lei da Economia Solidária, o Programa Jovem Candango – Lei nº 5.216/2013 –, os programas de compras governamentais para aquisição de alimentos diretamente dos produtores, as fábricas sociais, o programa de microcrédito Prospera e os programas de qualificação profissional, demonstram que há oportunidades para todos que aqui vivem.

Concluindo esta exposição, aqui lida em forma de resumo, reafirmo mais uma vez o meu compromisso de trabalhar incansavelmente pelo Distrito Federal, pois quero que, ao fim do meu mandato, sejamos reconhecidos como a cidade que cuida das pessoas, que trabalha em harmonia com o Governo Federal, com esta Casa e com as demais instituições públicas e privadas. Quero também que o meu governo seja reconhecido pela transparência e pelo controle das despesas públicas e

como o governo que reinveste cada centavo do contribuinte na prestação de serviços públicos de qualidade, especialmente em saúde, educação, segurança e qualidade de vida para todos.

Tenho a convicção de que meu governo e esta Casa partilham dos mesmos objetivos de realização do bem comum e da melhoria da vida das pessoas do Distrito Federal. Em 2014, temos a oportunidade de, juntos, promovermos mais um ano de conquistas fundamentais para o alcance do futuro a que aspiramos. Muitas das entregas a serem feitas neste ano só foram possíveis com a aprovação por esta Casa de Leis. Por isso, agradeço o apoio recebido e espero intensificar a relação de parceria, respeito e apreço com as Sras. e os Srs. Deputados nesta sessão legislativa que hoje se inicia.

Atenciosamente, Agnelo Queiroz, Governador."

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a presença do Sr. Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Gustavo Ponce de Leon, que, num simpático gesto de amizade e apreço pelo Poder Legislativo, fez questão de aqui comparecer sinalizando o relacionamento respeitoso e harmônico do Poder Executivo em relação a esta Casa de Leis.

Gostaria ainda de registrar a presença das seguintes pessoas: Deputado Chico Leite; Deputado Robério Negreiros; Deputado Washington Mesquita; Deputado Joe Valle; Deputado Olair Francisco; Deputado Paulo Roriz; Deputado Wellington Luiz; Sr. Viridiano Custódio de Brito, Secretário de Estado da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Arquicelso Bites, Superintendente do Consórcio Público de Resíduos Sólidos da Ride; Paulo Roberto Evangelista de Lima, Presidente do BRB; Edevaldo Fernandes da Silva, Diretor-Presidente do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal; Aline Barros Lins, Chefe de Gabinete do Riacho Fundo II; Marcelo Ciciliano, Administrador do Sudoeste.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Secretários, Sras. Secretárias, Srs. Administradores, Sras. Administradoras, demais autoridades presentes, jornalistas, convidados, "ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre." Nada mais objetivo do que o pensamento do educador Paulo Freire para nos guiar no processo de análise rápida da atuação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. E me permito acrescentar: desde que estejamos conectados no processo, com participação e espaço adequados.

Destaco: a Câmara Legislativa é a Casa do Povo. Criada após intensa luta de autonomia política do Distrito Federal, a Câmara Legislativa recebeu os primeiros representantes eleitos pelos brasilienses somente em 1990. Naquela ocasião, os meus colegas foram os responsáveis pela elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal e do primeiro Regimento Interno da Casa, bem como pela estruturação administrativa e de pessoal.

Nestas mais de duas décadas de trabalho intenso e norteador, passamos por muitas transformações e acomodações políticas e administrativas.

Nossa condição diferenciada de Poder Legislativo que abrange competências legislativas de estados e municípios sempre nos distinguiu das demais casas legislativas do País, mas também mostrou nossa importância na luta por uma sociedade justa e igualitária.

É importante destacar que a democracia representativa vem passando por fortes transformações nas últimas décadas. Muitos fatores contribuíram para isso, desde a ampliação do papel conferido às mídias em relação à política, que passaram a ocupar o espaço de mediação entre o eleitor e o representante, até a redução do papel dos partidos políticos.

Com o fortalecimento e a pluralidade da mídia e a aproximação com os eleitores, houve uma amplificação – vamos analisar assim –, ocorreu maior visibilidade nas críticas sobre a atuação parlamentar, que começou a ser medida de forma quantitativa e não qualitativa. A velocidade e a proliferação das críticas não obtiveram ainda um canal adequado para que os Deputados possam oferecer as respostas consistentes e rápidas que a sociedade exige. A Câmara Legislativa apresenta este ônus: não comunicar de forma eficiente suas atividades.

Somos compostos de 24 seres humanos, com personalidades, formação e origens diversas, mas, com certeza, esse contingente está unido para atender as necessidades sociais. Exemplo recente da unificação dos discursos foi a intenção concreta de contribuir com algo na crise de segurança pública do Distrito Federal. Todos os Parlamentares se envolveram na questão. Buscaram conhecer as necessidades apresentadas pelos policiais militares e apoiaram, na grande maioria, o governo, na busca por uma melhor solução que resguardasse a nossa sociedade.

Estatísticas sobre projetos aprovados se tornaram recorrentes ao longo de todo o ano legislativo. Nossa constatação: houve redução no número de projetos aprovados em 2013 em comparação a 2012. Foram 612 proposições contra 754, em 2012, e 707, em 2011. Contudo, o que escapa da análise fria dos números é a qualidade do relacionamento e a capacidade da Câmara Legislativa de se aproximar da sociedade e efetivamente ouvir seus anseios e demandas.

É preciso que a população do Distrito Federal tenha claro que a Câmara Legislativa trabalha com transparência – e é a Câmara Legislativa o legislativo estadual mais transparente do Brasil –, visando a fortalecer o relacionamento proposto desde a sua criação. Nunca é demais destacar: a Câmara Legislativa é a Casa do Povo.

Um exemplo crucial desse modelo de exposição do processo político, conhecimento da sociedade e participação popular encontra-se nas audiências públicas realizadas ao longo de 2013, em que setores sociais amplos vieram apresentar suas solicitações e acompanhar de perto a construção das novas leis. Atualmente, as audiências públicas sobre questões que afetam as decisões estatais

se tornaram comuns – e quase obrigatórias – como um instrumento de legitimação do poder.

A priorização do debate pode se apresentar na análise dos números, como falta de empenho em mostrar resultados exitosos nas estatísticas. Contudo, representa a real apresentação dos Parlamentares com o eleitor, o fortalecimento do canal de comunicação e troca de experiências visando a um futuro fundamentado na relação de confiança e amadurecimento.

Não se pode deixar de observar que a participação política dos cidadãos sempre foi identificada como uma fonte de energia que sustenta o regime democrático em funcionamento. Sem que os indivíduos e os grupos que compõem a sociedade estejam imbuídos de suas responsabilidades e de sua dignidade como cidadãos, ou, sem que disponham dos recursos mínimos para se portarem como iguais na arena política, não há enquadramento institucional que possa substituí-los, por mais bem concebido que seja.

A conclusão e a construção da democracia nossa é uma atividade de contínuo aprendizado em que ninguém sabe tudo e todos sabem alguma coisa.

Muito obrigado.

Neste momento, suspenderei a presente sessão por cinco minutos para a saída do Sr. Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, após o que retornaremos os nossos trabalhos.

Antes, porém, gostaria de registrar as seguintes presenças: Sr. Bispo Renato Andrade dos Santos, Secretário de Estado do Trabalho do Distrito Federal; e Sr. Joan Goes, Secretário Adjunto de Planejamento.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h12min, a sessão é reaberta às 16h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se inicio aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos e a todas. Meus cumprimentos a todos os Parlamentares, a todas as Parlamentares presentes e a todos os que estão nos acompanhando nesta sessão.

Como líder do Governo, quero dar boas-vindas a todos os colegas Parlamentares e fazer menção ao que acabamos de ouvir da mensagem do Sr. Governador, lida pelo Secretário de Governo, quanto às suas realizações. Quero dizer que nós teremos um ano atípico nessa Casa Legislativa, porque teremos um ano perpassado pela Copa do Mundo, perpassado pelas eleições, cuja campanha se iniciará em julho e se concluirá no mês de outubro. Portanto, este será um ano que vai exigir de todos nós um cuidado muito especial.

Nós somos deputados e deputadas. Nós poderemos ou não ser candidatos à reeleição. Nós poderemos ser candidatos a deputados federais, senadores, governadores, mas temos compromissos, até o dia 31 de dezembro deste ano, como deputados desta Casa Legislativa. Portanto, por mais que tenhamos que fazer campanha, por mais que tenhamos que diversificar as nossas atribuições neste ano atípico, temos também o compromisso e a responsabilidade de votar os projetos de lei, as propostas de emenda à Lei Orgânica, os requerimentos, as audiências públicas emanados dos Srs. e Sras. Parlamentares. Teremos também o compromisso de votar os projetos de lei que vêm do Poder do Executivo e que dizem respeito ao cotidiano da administração pública, que não podem ser, de maneira alguma, deixados de lado.

Então, eu quero fazer aqui um apelo a todos os Deputados para que tenhamos um ano produtivo, um ano de muito trabalho. Que todos possam ser bem sucedidos em seus pleitos eleitorais, mas que possamos, nesta Casa Legislativa, cumprir, até o último minuto, as atribuições que o povo de Brasília nos conferiu. Sendo este ano um ano atípico e um ano eleitoral, consequentemente sendo um ano em que estarão colocadas ao máximo as disputas e as divergências, peço que, apesar disso, nós tenhamos, dentro desta Casa, um comportamento civilizado, respeitoso entre nós e que tenhamos candidaturas diferenciadas, campos políticos diferenciados. Nós temos o compromisso de respeitar o povo de Brasília, que nos atribuiu essa função, e, consequentemente, de respeitar o processo democrático. Espero que possamos criar as condições para que o povo de Brasília tenha a mais perfeita capacidade de diferenciar, de discernir os projetos políticos que estão por trás de cada uma das candidaturas, para escolher democraticamente aquele candidato ou aquela candidata que melhor lhe representar.

Eu espero que aquilo que diz a nossa Constituição, "todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido", seja a expressão máxima desse projeto eleitoral que teremos pela frente a partir de julho.

Então, quero dar boas-vindas a todos os nossos Deputados, a todas as nossas Deputadas, e dizer que estamos vivendo um momento extremamente delicado. Depende de nós, com o nosso cuidado, com o nosso zelo, com a nossa capacidade, encontrarmos as soluções devidas para que possamos contribuir definitivamente para melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Era isso o que eu queria falar, Sr. Presidente. Eu queria dar boas-vindas a todos os colegas e desejar a todos nós um ano de muito trabalho, de muito exercício

democrático, mas também de muito respeito e de muito compromisso com o povo do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço à nobre Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pela Liderança do Bloco Parlamentar PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste retorno aos trabalhos no ano de 2014, quero abordar dois temas. O primeiro é a minha satisfação de ver empossado no dia de hoje na Casa Civil da Presidência da República, como Ministro da Casa Civil, uma das pessoas mais competentes, mais sérias que conheço no Brasil: o Senador Aloizio Mercadante.

Eu conheço o Aloizio do tempo da CUT. Quando nós fundamos a CUT, ele assessorava a Central Única dos Trabalhadores. O Aloizio é filho de general e fez uma opção pela esquerda ainda na adolescência. Sempre esteve do nosso lado, Deputada Arlete. O Aloizio nunca esteve em outro lado que não fosse o lado da construção de uma sociedade diferente. Nós sabemos do trabalho importante que a Gleisi fez na Casa Civil, mas o Aloizio a substitui à altura. Tenho certeza de que ele trará uma contribuição excepcional a nossa querida Presidente Dilma Rousseff.

Estou com muita expectativa por esta gestão do Aloizio, até porque temos uma grande batalha e ele já se comprometeu conosco em relação à aprovação do Estatuto da Segurança Privada no Brasil. A verdade é que hoje nós temos cerca de 2 milhões e 200 mil vigilantes inscritos na Polícia Federal. Portanto, são 2 milhões e 200 mil homens e mulheres vigilantes registrados na Polícia Federal, mas temos um número maior ainda de vigilantes na clandestinidade. Esse Estatuto da Segurança Privada trará esses vigilantes para a legalidade. Isso é muito importante.

O segundo ponto que quero abordar é a violência praticada no Distrito Federal. Eu acompanhei, no dia de ontem, Deputada Arlete, uma entrevista – pena que foi curta –, na TV Record do Distrito Federal, de um professor catedrático, um estudioso chamado Prof. Manoel Ferreira, que é da Universidade Católica do Distrito Federal. Ele acompanha, há onze anos, a evolução da violência no Distrito Federal. Ele dizia, Deputada Arlete Sampaio, que esse quadro vivido hoje não é diferente do de onze anos atrás. Ele é um estudioso e mostra, com dados, que esse fato já estava acontecendo há onze anos.

Na verdade, o que existe hoje é uma sensação cada vez maior de insegurança à medida que as coisas são mostradas. Isso também é o resultado da política de inchaço do Distrito Federal, da destruição da qualidade de vida do Distrito Federal, que tem nome, endereço e CPF: quem fez essa política desastrada, que achava que podia inchar o Distrito Federal como inchou. Agora quem paga é a população como um todo. Mas eu conheço o Governador Agnelo. Sei da

determinação do Governador Agnelo para combater essa sensação de insegurança no Distrito Federal.

Vejo aqui na minha frente o Deputado Dr. Michel, que é delegado de polícia, hoje aposentado, e que sabe que no tempo dele a coisa já estava muito ruim, não é, Dr. Michel? E só tem piorado, em função do inchaço que aconteceu aqui no Distrito Federal. Precisamos todos nós, homens e mulheres de bem do Distrito Federal, dar as mãos para devolver ao Distrito Federal a sensação de segurança, fazer com que realmente a cidade volte – e está voltando gradativamente – a ter planejamento. O que assistimos, Deputado Joe Valle, foi à destruição da qualidade de vida do Distrito Federal, foi a implosão do sonho de D. Bosco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu estava aqui, atenciosamente, ouvindo o discurso de V.Exa. sobre segurança privada e, nesse momento, V.Exa. entrou em segurança pública. Quando se fala em segurança, principalmente dos brasilienses, a gente tem que entender que a nossa principal bandeira é a segurança pública. Segurança pública é o quê? Quem paga é o Estado.

Espero que todos nós que amamos Brasília, mas, acima de Brasília, amamos as pessoas, tenhamos condições de trabalhar para dar a segurança pública aos cidadãos e cidadãs que visitam Brasília e aos que moram em Brasília.

É um trabalho puxado o que temos de assumir. Espero que esta Câmara, os 24 homens e mulheres que estão aqui, olhe Brasília, olhe as pessoas, pois elas são mais importantes que qualquer coisa. A segurança pública tem que estar em primeiro lugar, como também a saúde e a educação. Esse é o nosso dever.

Acho muito importante abordarmos esses assuntos. É importante aprovarmos o estatuto da segurança privada, mas não podemos jamais nos esquecer da segurança pública, porque o Brasil é um país diferenciado. A segurança é pública, a saúde é pública etc. É nosso dever, é nossa satisfação trabalhar por isso.

Eu estava conversando com o meu amigo Deputado Wellington Luiz, que é da Polícia Civil, e S.Exa. disse que está preocupado demais, pois é um homem que dedicou a vida ao serviço público, defendendo as pessoas, e hoje vemos essa situação não só em Brasília, mas em nível nacional. O que nós, homens públicos, podemos fazer para derrubar essa desigualdade? O que podemos fazer para dar segurança ao cidadão, no dia a dia? Não é só em Brasília, não é só no Entorno, é no Brasil inteiro. Nós, que somos gestores, que estamos nesta Casa, temos que entender o que a comunidade quer nos dizer.

Sempre tive carinho e respeito por V.Exa., acompanho-o de perto e sei da sua experiência. V.Exa. passou pela Câmara dos Deputados, já foi Deputado Distrital e está aqui novamente. Entre os 24 Deputados, talvez V.Exa. e o Deputado Agaciel

Maia sejam os mais experientes, pois estiveram lá no Congresso etc. Espero que possamos, juntos, encontrar a saída para ajudar o governo a trazer segurança ao cidadão do Distrito Federal, que hoje está inseguro. O que podemos fazer?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, Deputado Olair Francisco, há uma situação que a sociedade vai ter de discutir.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa., que é agente de polícia, sabe que não podemos continuar assistindo a esse quadro que existe hoje: os bandidos usando os menores delinquentes para chefiar as quadrilhas. Os bandidos, que são facínoras, pegam a turma menor de idade e, quando a polícia os prende, eles já estão orientados para dizer: "Não foi o maior. Fui eu que assumi o crime". Portanto, para essa questão da maioridade penal – isto não precisa ser estabelecido para todos –, pode-se criado um mecanismo legal em que, na hora em que o menor cometer um crime, ele deverá assumir imediatamente o que fez.

As nossas delegacias, os nossos juizados têm de estar preparados, para que possa o juiz detectar se pode ou não aplicar uma pena. Não dá para continuar esse deboche de hoje. Não se pode nem dizer que o moleque foi preso. Agora é apreendido. O moleque sai dando gargalhadas, dizendo: "Vou ficar 45 dias de repouso e vou voltar para delinquir novamente".

Portanto, a sociedade, necessariamente, vai ter que debater esse assunto. Temos, no Distrito Federal, a Polícia Civil, que, do ponto de vista investigativo, Deputado Wellington Luiz, é a melhor polícia do Brasil.

Eu verificava uma matéria que dava conta, Deputada Arlete Sampaio, de que em São Paulo só 40% dos crimes que acontecem são apurados. Isso é uma tragédia! Ninguém sabe quem cometeu 60% dos crimes que acontecem. Isso é uma tragédia!

Aqui no Distrito Federal, não. Cerca de 90% dos crimes cometidos aqui, a polícia apura, prende e a Justiça aplica a punição.

A Polícia Militar do Distrito Federal, sem dúvida, é uma das melhores polícias militares do Brasil. Sempre diziam que era a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, mas não é. É a Polícia Militar do Distrito Federal, bem como o nosso Corpo de Bombeiros.

Há pouco estava aqui o Comandante do Corpo de Bombeiros. Temos uma corporação realmente preparada, hoje equipada, que é orgulho de todos nós.

Mas essa questão da maioridade penal precisa ser discutida. Não dá para continuarmos desse jeito. Não dá para assistirmos à maneira como os criminosos estão agindo, impunemente. Não se pode nem dizer que foi preso. É apreendido.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz, como Líder do PRTB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista, pela Liderança do PV.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde.

Hoje venho falar sobre uma situação muito triste que acontece na nossa cidade, toda vez em que resolvemos democratizar os espaços públicos.

Brasília é uma cidade muito jovem, mas já tem eventos tradicionais. Temos a Noite Cultural do T-Bone, o Galinho da Madrugada, o Porão do Rock, o Suvaco da Asa, o Picnik. Temos esportes radicais na Ermida Dom Bosco, os eventos da Criolina, o Balaio Café. Enfim, muitos eventos. Brasília é uma cidade que sempre tenta ser viva e mostrar essa vivacidade.

Alguns desses eventos, Sr. Presidente, são realizados nas entrequadras, no Eixão, no Eixo Monumental, no Museu da República.

Recentemente, a juventude da cidade, os idosos de Brasília, as pessoas de bem que querem ter espaços públicos de convivência obtiveram uma grande vitória. Um dos espaços mais bonitos da nossa cidade foi finalmente, depois de cinco décadas, equipado para receber a sociedade, que é o calçadão da Asa Norte. Trata-se de um espaço privilegiado.

Quando eu era um jovem estudante de Samambaia, encantava-me muito, ao passar diante do Lago Paranoá, ver de dentro do carro ou do ônibus aquela beleza toda, uma beleza absolutamente inacessível, porque a nossa cidade, infelizmente, por um processo histórico, doente, permitiu que aquela orla fosse completamente privatizada. Difícil acessar. O Lago não é da sociedade, o Lago não é de todos. Aquele que deveria substituir em parte o mar do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, passou a ser propriedade particular da nossa elite. Toda vez que se tenta dar à população acesso às margens do Lago Paranoá, nós temos uma briga, uma cizânia na nossa cidade.

Infelizmente, parte da nossa cidade encara a realização de eventos lá na beira do Lago, no calçadão do Lago, como simples tumulto e baderna. Na verdade, esse espaço é um espaço organizado que serve de vitrine para o empreendedorismo da nossa juventude que permite que ali aconteçam eventos extremamente importantes para Brasília, eventos que podem mostrar a capacidade criativa dos nossos jovens empreendedores, artistas e artesãos. Ali nós temos o Quitute da Orla, que reuniu 7 mil pessoas na última edição. Nós temos o Picnik, que reuniu 10 mil pessoas e permitiu que estilistas da cidade, empreendedores e jovens *chefs* de cozinha expusessem os seus trabalhos. É um lugar de criatividade, é um lugar importante para o encontro das pessoas.

Já passou a hora de entendermos que declarar guerra à cultura e ao lazer não é a saída. O Lago é de todos, assim como as entrequadras. Vamos discutir e

achar soluções. Precisamos conviver na urbe. A cidade tem som, tem gente, a cidade tem coração. O caminho, em hipótese alguma, será fechar esses espaços de convivência. Em Brasília nós temos uma neurose sobre o trânsito e sobre o barulho. O carro é mais importante que o ser humano. Em pleno carnaval, quando as pessoas, movidas pelo espírito festivo, tomam as ruas nas entrequadras, dado o momento do final da festa, muitas vezes de forma truculenta, interrompe-se a festa popular sob a desculpa absurda de que precisamos de silêncio e de que os carros precisam transitar. A nossa cidade não pode ser escravizada pelos automóveis e nem por leis do silêncio que não entendem que existem momentos de expansão da emoção da cidade. É por isso que chamam Brasília de cidade fria. É por isso que dizem que a nossa cidade é sem graça, é porque nós não enfrentamos essas questões. Os mesmos que reclamam do barulho vão passar férias em Ipanema e em Copacabana, fazendo barulho ensurdecedor para os que moram ali na beira da praia, na Vieira Souto e na Avenida Atlântica.

A cidade precisa evoluir nesse sentido, precisamos achar outras formas de convivência pacífica senão nós não teremos como atrair pessoas para cá. Brasília, que vai ter tantos eventos, vai acabar ficando mal na memória dos turistas que vierem nos visitar como uma cidade que não tem nada para fazer.

A polêmica sobre a Orla do Lago é extremamente elitista. É um absurdo que se apropriem de um patrimônio da nossa cidade desta forma. Temos que acabar com a intolerância à mistura e à diversidade. Temos que misturar mais na cidade de Brasília. Pela primeira vez em cinquenta anos tivemos o mínimo de infraestrutura que nos facilitasse o acesso ao Lago, que é um dos maiores patrimônios de Brasília. Não podemos permitir o cercamento do Lago! Não podemos permitir que o lazer e a cultura sejam prejudicados por uma visão fundamentalista! Nós exigimos praticar o nosso direito constitucional ao lazer e à cultura. Espaço público tem que ser público!

Estou aqui me colocando nessa luta e pedindo a todos que divulguem a petição pública *O espaço público é público*, criado pelas organizações de economia criativa o Picnik, o Quadrado Brasília e também o Balaio Café. Nós somos contra o cercamento do calçadão da Asa Norte, contra a proibição de eventos no calçadão da Asa Norte e no Setor de Clubes Norte. Isso só favorece a especulação imobiliária, que se apropriou desse patrimônio público impedindo que a imensa massa de pessoas pobres, mestiças, negras da periferia, do entorno acessasse esse patrimônio que Juscelino mandou fazer para nós.

Somos a favor da instalação de posto de polícia bem como de banheiros públicos e bicicletários no calçadão. Somos a favor da regularização dos atuais prestadores de serviços. Eu quero andar de pedalinho e de caiaque no Lago. Eu tenho esse direito. É preciso garantir esse direito. Somos a favor de eventos gratuitos naquelas áreas públicas, livres de coerção, conforme a Lei Distrital nº 4.821, de 2012. Somos a favor da destinação de recursos regulares para manutenção das áreas de lazer e a favor da construção de ciclovias em toda a orla do Lago Paranoá, à beira lago. Somos pela democratização da orla do Lago Paranoá

com o combate às invasões de áreas publicas e às construções ilegais. Somos pela reavaliação dos parâmetros de emissão de ruídos estipulados pela Lei Distrital nº 4.092, de 2008, que é uma ditadura do silêncio, como se a nossa cidade não tivesse pulso, não tivesse coração. E mais do que isso, somos a favor de um mapeamento das áreas urbanas destinadas ao uso da sociedade no Plano Piloto, feito pela Administração Regional de Brasília com a participação da comunidade.

Então, Sr. Presidente, essa é a minha colocação a favor da petição pública *O espaço público é público, orla livre.* Esse é um direito da nossa sociedade brasiliense.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço o pronunciamento do Deputado Prof. Israel Batista.

Concedo a palavra à Líder do PDT, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de começar o meu pronunciamento chamando todos os colegas a uma reflexão, porque a sociedade pede um posicionamento claro da Câmara Legislativa sobre a crise na segurança pública.

Não adianta querermos tapar o sol com a peneira e colocar que a criminalidade tem subido e que aqui é uma grande metrópole. A criminalidade sobe sim nas grandes metrópoles, mas nada justifica ela subir 50% em relação ao ano passado. Isso não é um índice de criminalidade de uma grande metrópole. Isso é uma crise na segurança pública da nossa cidade. E esta Casa será cobrada se não se posicionar de forma clara. Eu sou assídua nas redes sociais, eu tenho utilizado muito esse instrumento.

Aqui nós temos representantes da segurança pública que estão no plenário, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Wellington Luiz. Essa crise no Distrito Federal cai sim no Legislativo porque as pessoas apontam o dedo para nós na rua e nos perguntam o que temos feito.

É um momento de reflexão para nós. Faz três anos que as associações dos Policiais Militares têm feito paralisações quase que mensalmente, Deputado Wellington Luiz, e não recebem do governo nenhuma sinalização clara, nenhum atendimento decente. E falar que essa crise aconteceu de repente... Essa crise é uma crise anunciada pela falta de gestão e de interlocução do governo com as associações que hoje representam os policiais militares.

O que acontece de mais grave ainda, Deputado Wellington Luiz, é uma falta total de gestão em que não se sabe o que será feito. É a sensação quando se começa a ver a postura do Governador. Parece que ele não sabe o que fazer, sem responder a imprensa, colocando a culpa na Polícia Militar. É fácil colocar a culpa na Polícia Militar, colocando a população contra a Polícia Militar para eximir a responsabilidade que é do governo.

Nós estamos novamente aqui em período pré-eleitoral. Que os próximos candidatos a governador tenham consciência na hora de colocar treze promessas de campanha em um papel, porque, quando a gente coloca e assina, Deputado Aylton Gomes, isso é e será cobrado de nós. São promessas de campanha que precisavam ser discutidas conosco aqui na Câmara Legislativa. Se o governo não deu conta de cumpri-las, deveria justificá-las: "Não conseguimos cumprir treze, mas cumprimos cinco, seis e essas são as nossas justificativas". Colocar a Polícia Militar como bandida, isso não é sério, não é justo.

Eu acho que essa crise deve ser administrada por todos nós, inclusive pelos Deputados, porque seremos cobrados. Vocês acham que não, mas seremos cobrados. Nenhum dos 24 Deputados Distritais estão livres de serem cobrados, porque essa crise não é só do Governador Agnelo não, ela é nossa, dos Deputados que representamos a população do Distrito Federal.

Para finalizar esse raciocínio, Deputado Olair Francisco, porque V.Exa. foi muito feliz em sua colocação durante a fala do Deputado Chico Vigilante, como vocês acham que fica a tropa, os policiais militares, quando esta Casa, no ano passado, concedeu aumento para trinta categorias? Eu e o Deputado Olair Francisco relatamos os trinta projetos; meritórios todos eles. Sequer houve uma audiência pública do Governador para dar uma satisfação para a Polícia Militar, que hoje sai da Operação Tartaruga e volta para a Operação Padrão, mas que cobra uma postura desta Casa e do governo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputada, eu só queria acrescentar aí, no discurso de V.Exa., que o que vale são os dados. Se pegarmos os dados da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da força de segurança do Distrito Federal, verificaremos que não temos nenhum episódio que possa ferir a imagem das nossas seguranças. Portanto, quando V.Exa. coloca que a culpa não é do policial, ressalto que temos orgulho da segurança do Distrito Federal. Apenas quero fazer essa observação, porque não vemos em Brasília o que vemos pela imprensa fora daqui. Em Brasília, sentimos segurança e temos orgulho da nossa Polícia Civil, da Polícia Militar e do nosso Corpo de Bombeiros.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu queria conclamar aqui todos os pares, porque estou propondo uma comissão geral na quinta-feira, para que, às 15h, tenhamos a oportunidade de ouvir do Secretário, do Poder Público, qual a missão, quais as soluções. Falar que agirá com firmeza com a tropa sem sentar para negociar com ela é o mesmo que dar um tiro no pé. Sabe por que, Deputado Agaciel Maia? Porque são homens e mulheres que colocam suas vidas em risco todos os dias pela população do Distrito Federal. Está aqui o Deputado Wellington Luiz, que é policial e que muitas vezes esteve entre tiroteios ao colocar sua vida à disposição. Se formos estudar Psicologia, entenderemos que precisamos de autoestima. A Polícia Militar do Distrito

Federal pode estar sendo criminalizada pela população, e a gente, como Parlamentar, faz o apelo para que a polícia esteja na rua a fim de que a população não pague o preço da falta de interlocução do governo.

Hoje, quem está pagando toda essa conta é a população que está sofrendo com a falta de segurança. Hoje, as associações falaram que saíram da Operação Tartaruga. Nós, os Parlamentares aqui da Câmara Legislativa, também temos de sair da Operação Tartaruga, temos de representar a população de verdade, temos de chamar, se necessário, o Governador e o Secretário de Segurança aqui, porque isso faz parte da nossa função.

Então, convido todos para estarmos presentes na quinta-feira. Convidei o Secretário, as associações, os sindicatos para que possamos fazer o que a população do Distrito Federal tem nos pedido: "Pelo amor de Deus, façam alguma coisa". Por mais que esse seja um gesto pequeno perto da medida que precisa, ele é um gesto necessário e nosso. Deputado Dr. Michel, é muito fácil, às vezes, as pessoas culparem o Poder Legislativo, mas a nossa omissão também faz com que isso aconteça com mais frequência.

Eu queria muito nesta tarde colocar que, no ano passado, Deputado Dr. Michel, não sei se V.Exa. se lembra disso, eu protocolei um pedido de *impeachment* contra o Governador Agnelo, falando das treze promessas de campanha. Teve um colega aqui nosso que chegou e disse que aquilo ia para o lixo sem sequer ser lido. Quando uma colega representa aqui, na Câmara Legislativa, falando da gravidade de um pedido de *impeachment...* Se ele tivesse sido lido por nós ou levado a sério, talvez não teríamos a crise que estamos vivendo hoje no Distrito Federal. Essa crise não é só do GDF, não. Essa crise também é deste Poder. É do Poder Judiciário, é do Poder Legislativo, porque toda autoridade faz parte desse processo, e nós principalmente, porque representamos a população.

Então, eu queria convidar os colegas, colocar à disposição para... Inclusive, se quisermos assinar juntos... Seria uma coisa importante para a população do Distrito Federal essa comissão. Já está protocolada uma nova assinatura. Juntos, todos nós, Sr. Presidente, para que esta Casa faça o seu dever de casa, que é cobrar uma ação imediata, uma solução imediata. Essa cidade também é nossa. São os nossos filhos que pegam ônibus aqui, que vão à escola, que voltam. Sabe quando foi que a população reagiu? É isso que, às vezes, me dá um pouco mais de indignação. Reagiu quando chegou à classe alta do Distrito Federal. Enquanto a violência está lá nos bolsões de pobreza, não incomoda; mas, quando começa a chegar aqui no Plano Piloto, a violência incomoda.

Então, essa crise precisa ser pensada por nós. Pensada e direcionada. Eu trouxe os dados. Eu não quero ler, porque é muita coisa. São 12 mortes em 48 horas. Nós tivemos 50% de aumento nos índices desse mês para o mesmo período do ano passado. Nós crescemos cinquenta vezes essa metrópole aqui para termos um aumento em 50% nos índices? Isso não é tolerável.

Se o Governador não tem coragem de mandar o Secretário de Segurança embora, esta Casa tem que colocar a faca no pescoço dele para que ele tome uma posição, porque somos nós, que estamos aqui, que seremos cobrados. Seremos, sem piedade, cobrados pela população que tem feito protestos – eu tenho participado de alguns –, colocando a sua indignação na rua.

É esta a minha fala, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação da Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos. Quero desejar um feliz retorno a todos os nossos colegas, a todos os nossos assessores e assessoras. Quero compartilhar o que foi dito pelos que me antecederam, como o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Celina Leão. Nós temos, sim, que admitir que há uma grande crise na segurança pública. Vou fazer 24 anos na polícia e jamais experimentei um momento como esse. Eu acho que a nossa experiência pode nos dizer e reconhecer que, de fato, nós vivemos um momento muito difícil da nossa história. Os nossos filhos, as nossas filhas, maridos, esposas, irmãos e irmãs, pais e mães estão morrendo na mão de criminosos. Agora, acho que é injusto e até arriscaria dizer que é uma covardia querer atribuir aos policiais militares essa crise da segurança pública.

Essa crise, a bem da verdade, Deputado Dr. Michel, V.Exa., que conhece muito bem e que combateu de forma efetiva essa violência, sabe muito bem que ela é consequência de anos e anos de descaso do Brasil, do nosso Estado. É claro que são inúmeros fatores, mas, para mim, um dos que mais pesam é a questão da impunidade. E a questão da impunidade do menor mais ainda. Eu diria mais. Hoje há um estímulo para que o menor cometa crime. Nós sabemos, Deputado Dr. Michel, que vários menores assumem crimes que sequer cometeram, porque sabem da sua impunidade. Se nós não enfrentarmos isso, vamos continuar sofrendo.

Só quem passou por isso sabe o que significa. Eu, infelizmente, tive um pai vítima de tentativa de latrocínio. Meu irmão morreu nas mãos de bandidos em um assalto. Sabe quantas vezes a Comissão de Direitos Humanos foi à minha casa saber como estavam meus sobrinhos, ou minha cunhada, ou minha mãe? Nenhuma. Agora, nós que estávamos atrás dos bandidos... Eu quase fui mandado embora da Polícia, porque eu estava atrás dos bandidos que mataram meu irmão. É assim que funciona o nosso Estado! Eu conversava com o Deputado Dr. Michel, que sabe muito bem disso. Vi alguns colegas nossos, um colega meu, a menos de 2 metros, morrer com um tiro de um menor de idade. Sabe o que aconteceu com ele? Nada. Porque com bandido nada acontece. Nada acontece.

Infelizmente, se nós continuarmos passando a mão na cabeça dos menores delinquentes, o custo vai ser muito alto. Quem matou esse jovem de 29 anos, Deputado Prof. Israel Batista, foi um menor de idade. Essa criança de 5 anos: o tiro saiu da arma de um menor, de 17 anos. Sabe em que vai dar? Nada.

Quantos de nós ainda morreremos? Todos aqui, potencialmente, são vítimas desses criminosos, que nós não podemos chamar de bandidos, senão na semana que vem somos processados, é capaz até de perdermos o mandato. Eu perdi as contas de quantos menores delinquentes vi matar e, 45 dias depois, como bem foi dito aqui, estar nas ruas matando e estuprando. V.Exa. sabe, Deputada. V.Exa. vive em uma região onde nem sempre a polícia – ou o Estado, melhor dizendo – está presente. Quantas mulheres foram violentadas por menores, e na semana seguinte foram violentadas de novo pelos mesmos menores? É porque a gente não olha esse problema de frente.

Eu sei que não é competência desta Casa, mas ela não pode se omitir mais. Ninguém pode se omitir mais, o povo tem que reagir. Não é só quando morre alguém da nossa família, não; porque, se não morreu hoje, vai morrer amanhã, pode ter certeza, Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia.

Nós temos familiares nas ruas, e nesse momento eles estão correndo risco; nesse momento eles podem estar morrendo, ou sofrendo nas mãos de um menor. Mas do menor sequer se pode falar mal. "Não, o problema não é esse, o problema é a operação tartaruga da Polícia Militar." É mais uma forma de desviar o foco do principal problema.

Está na hora, gente, de juntarmos as forças, e não ficar só gritando. É claro que as manifestações são importantes, mas essas manifestações têm que vir para a prática. O nosso Congresso Nacional, com apoio de todos os Legislativos, precisa reagir, precisa fazer alguma coisa. Não precisa nem dizer que o custo está alto, porque todos nós estamos sentindo. Como bem disse a Deputada Celina Leão, é verdade que talvez agora o clamor, a repercussão seja maior porque bateu na porta das classes média e média alta, porque nos bolsões de pobreza – eu que já trabalhei nessa área, e o Deputado Dr. Michel, que esteve muitos anos lá, sabemos bem disso –, o que está acontecendo aqui aconteceu a vida inteira, a vida inteira.

Então, eu acho, em meu humilde entendimento, Sr. Presidente, que é necessário que esta Casa se manifeste, sim. Acho que é importante que todos os Parlamentares assinem por essa comissão geral proposta pela Deputada Celina Leão, e que nós possamos de alguma forma nos manifestar e mostrar que nós não somos omissos – não somos omissos como Parlamentares, não somos omissos como cidadãos e não somos omissos como pais e mães que somos –, antes que nós também tenhamos que nos debruçar sobre os caixões dos nossos filhos mortos pelas mãos de, como dizem, um menor de idade.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Deputado Wellington Luiz, eu tenho muito respeito pelos nossos colegas da Segurança Pública desta Casa. Em termos jurídicos e legislativos, esta Casa está de mãos atadas, mas esta é uma Casa de debate; por isso é Parlamento, não é?

V.Exa. trata da questão dos menores de idade. Há um clamor público por uma mudança no tratamento que nós damos aos menores infratores e, se me permite, Deputado, com o respeito que eu tenho por V.Exa., que é um especialista em segurança – V.Exa. sabe que eu sou professor e disso eu não entendo, só sinto medo, como cidadão –, eu creio que o nosso debate no Brasil esteja equivocado.

No Brasil nós temos uma visão maniqueísta desse assunto. Nós vemos dois lados. Nós apenas tratamos de diminuição da maioridade penal, e eu tenho observado outras nações do mundo, muito evoluídas no sentido de combate à criminalidade e de inclusão social, que romperam com essa barreira do debate dicotômico e alcançaram um novo debate que eu acho que precisa ser melhor colocado – e talvez esta Casa tenha esse papel –, que é o debate da imputabilidade.

Eu não posso tratar o menor infrator vítima, sim, da sociedade, como eu trato o menor que assassina a sangue frio – o que é injustificável. Eu não posso tratar o batedor de carteira com uma legislação draconiana, como eu trato o adolescente psicótico ou o adolescente com problemas terríveis e dificuldade de conduta que assassina os pais. Também não posso tratar o menor brutalizado em toda sua existência, e que por isso só teve o caminho da criminalidade, como eu trato um rapaz menor de idade que acoberta criminosos maiores de idade.

Esse debate está incorreto, meu Deputado querido, porque nós precisamos romper com essa divisão de lados que a nossa sociedade colocou: os especialistas contra a redução da maioridade penal e a esmagadora maioria da população favorável à redução da maioridade penal – por motivos justíssimos: nós estamos aterrorizados. Mas nós brasileiros, nós Parlamentares que temos uma visão mais profunda dos assuntos precisamos exigir que o debate não se dê nessa dicotomia.

Os ingleses têm uma maioridade parecida com a nossa, porém crianças que cometem assassinatos, crimes brutais, são tratadas de forma diferenciada. Eu não posso colocar na cadeia, junto com outros criminosos de gabarito pesado, crianças que batem carteira e que nunca souberam que isso é errado.

Eu dava uma palestra no Caje, certo dia, Deputado, e falava que aqueles meninos podiam e que havia superação etc. etc. De repente, terminada a palestra, um desses adolescentes infratores chegou, me deu um abraço e falou: "Eu estou muito empolgado. Eu vou mudar. Eu saio daqui a quinze dias, mas não sei bem pra onde ir. Porque minha avó morreu. Eu estava em casa, sozinho, cortaram a luz, cortaram a água, eu fui despejado". Ele tinha 15 anos de idade, só tinha a avó, que tinha morrido. Imagine como é que eu vou tratar essa criança em um corte radical, reto. Isso para mim, Deputado, é preguiça da nossa classe política que ou quer jogar para a plateia ou é orgulhosa demais para se desapegar dos manuais, do Estatuto da

Criança e do Adolescente etc. Então, enquanto a gente não mudar esse debate de maioridade penal para um outro debate mais evoluído – e há exemplos internacionais sobre isso –, nós não vamos avançar.

Era isso que eu queria colocar para V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Muito obrigado, Deputado.

Eu quero concordar com V.Exa. Só acho que a gente não tem que esquecer esse debate, eu acho que nós temos que somar a outros debates. Falo muito da questão da maioridade penal aos 16 anos de idade, porque, aqui no Brasil, aos 16 anos de idade você pode escolher o seu governador, você pode escolher o seu presidente da República e você não pode responder pelas pessoas que você mata. Mas há, sim, que haver uma mudança radical no nosso sistema penitenciário, porque o nosso sistema penitenciário, Deputado, V.Exa. tem razão, faliu. Ele não ressocializa ninguém, ele é uma universidade do crime. Ele faz doutorado no crime. Então é verdade. Outras discussões devem ser inseridas no seio da sociedade. A questão da maioridade penal tem de permanecer, mas outras matérias tão importantes como V.Exa. citou também têm.

Deputado Prof. Israel Batista, gosto muito de trazer a realidade da vida. Eu tenho um filho adotivo que hoje tem 16 anos. Quando eu o adotei, tirei-o das ruas com 9 anos de idade, e o seu irmão, então com 16 anos de idade, já tinha três homicídios. Se meu filho tivesse continuado nas ruas, talvez hoje também tivesse três homicídios ou mais. Então, a questão é de oportunidade, sim. Esse menor precisa ter oportunidade. Meu filho hoje me dá orgulho. Dá o trabalho que todos os meus outros filhos dão, da mesma forma. Quando eu o adotei, algumas pessoas falaram que eu era louco. Não sou, não. Loucos são aqueles que se omitem e que permitem que um jovem se transforme em bandido por falta de opção. Então, muitas outras discussões precisam ser feitas, sim.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, em primeiro lugar quero saudá-lo e também cumprimentar o Deputado Prof. Israel Batista pelo debate no nível em que V.Exas. estão tendo. Mas eu gostaria de ressaltar que, quando aqui cheguei, na minha primeira fala, disse que é preciso que a sociedade comece a observar. Quando falo de sociedade, falo da sociedade política, da sociedade econômica e de todo um povo e de uma história. Infelizmente, V.Exa. falou muito bem quando disse, o Estado e a sociedade têm se omitido como um todo de fazer o seu papel.

Hoje temos postos dois exemplos. Quando foi a óbito o jovem de Águas Claras, milhares de jovens da minha cidade, Ceilândia, também foram a óbito. Alguém até fez uma crítica a nós, quando disse que a sociedade de Águas Claras se mobilizou, por que Ceilândia também não se mobiliza? É justamente porque a sociedade é omissa com as nossas meninas e com os nossos meninos, e por isso

temos o resultado que está aí hoje. Mas eu falava ainda mais: ou se cuida daqueles que precisam do pão, que precisam da educação, ou a sociedade que não tem essas necessidades primárias vai pagar um preço muito alto. Estamos vendo isso e estamos vendo hoje as forças de segurança do Distrito Federal pagarem por um descaso que ao longo da história desse País e da história do mundo foi tendo em relação a nossas crianças. Nunca olhamos as nossas crianças como um ser do presente, e sim do futuro; principalmente, criança pobre, que nunca foi olhada como deveria ter sido. Depois que ela aponta um revólver, talvez se olhe e estenda um dedo dizendo que é bandido. É bandido, sim, e muitas vezes não tem conserto. É bandido porque a maioria do povo não olhou como deveria. Nos exemplos práticos que V.Exas. citaram, especificamente no exemplo do seu filho, isso fica muito claro.

É preciso que a sociedade acorde. Ou ela acorda ou vamos viver dias muitos piores. Não precisa dizer que a culpa é desse ou daquele governo. Este governo está simplesmente recebendo uma herança que não deveria receber, porque é o único governo no Distrito Federal que vi construir unidades de creches para atender às nossas crianças na sua mais tenra idade, é um governo que está olhando para o ser humano como se deve olhar de verdade. Sei que hoje as forças de segurança do nosso Distrito Federal, com a qualidade que têm, estão tendo que pagar um preço alto pelo descaso da sociedade no passado. Agora estamos colhendo o que não gostaríamos de colher. As mulheres estão pagando também um preço muito alto porque veem os seus sonhos, os seus filhos, serem colocados embaixo da terra, quando gostariam de ser enterradas por eles.

Agradeço o aparte, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputada. O Deputado Prof. Israel Batista, bem como V.Exa., trouxeram uma contribuição extremamente importante sobre o que devemos discutir. Eu concordo, não podemos simplesmente engessar os nossos entendimentos. Acho que nós temos que ampliá-los. Eu acho que este é o momento de ampliar a discussão, de trazer à tona outros fatores que influenciam diretamente esse resultado dramático, trágico, que nós vivemos hoje. É importante, então, que nesta Casa – como bem disse o Deputado, nós também estamos nos acovardando – nós como Parlamentares, nós como cidadãos façamos alguma coisa. Eu acho que nós não temos que esperar outros jovens morrerem e outros gritos serem trazidos aqui para que possamos reagir. Espero que Deus nos ilumine para que tenhamos a responsabilidade que os nossos cargos nos impõem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – (PP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, meus pares.

Nós ficamos até meio constrangidos de ver um plenário tão vazio durante um tema tão debatido e importante como esse, mas eu não vou deixar de falar, não. Eu

tenho que falar e vou falar, até porque está passando na internet. Então, as pessoas no Distrito Federal que estiverem assistindo poderão me ver.

A segurança pública hoje está servindo de cabide de emprego e isso é uma vergonha. Cabide de emprego, não; trampolim político. Isso é que é uma vergonha. Aí, muitos querem imputar a responsabilidade a quem não tem.

A responsabilidade hoje do aumento da criminalidade – falo isso com certeza – não é da Polícia Militar, não é da Polícia Civil, não é do Corpo de Bombeiros. O pessoal está equivocado. Operação Tartaruga, Operação Lesma, operação qualquer bicho que houver aí... A Polícia Militar está reivindicando um direito que é dela. Não resta dúvida sobre isso, mas o problema não está aí. O problema é muito mais complexo.

Vamos falar juridicamente, então. Por exemplo, Deus é tão sábio que nos tira a força conforme o tempo, e tirou a força das leis. Nós temos um Código Penal arcaico, de 1940, e um Código de Processo Penal de 1941. Nós estamos aplicando aqui leis de 70 e de 73 anos! Não pode dar certo nunca! Isso é competência da Câmara dos Deputados. E o pior é que me parece que alguns Parlamentares lá têm medo de reformar e de serem picados pelo veneno que eles possam fazer, medo de depois virar contra eles mesmos. Isso é que é uma vergonha.

Eu já disse: menoridade... Ah! Desculpem-me! O discurso é bonito. O discurso é bonito, mas nós temos que tratar hoje a segurança como se fosse uma doença em que a pessoa está precisando de um choque emergencial. Falar o que o Deputado Prof. Israel Batista falou é bonito. No que a Deputada Luzia de Paula falou eu acredito. Eu acredito nisso, mas não dá tempo hoje! Nós precisamos, sim, dar um choque de emergência: pegar essa molecada e botar na cadeia! Depois se vê o que se faz, porque agora não dá! Não dá mais para fazer o social. O social demora! Não pode mais morrer gente, não! Não dá mais! A cadeia é ruim, eu sei. Quem não dá conta de cumprir a pena que não cometa o crime. Não cometa o crime! Fazendo uma má comparação, é igual ao cara que é apaixonado pela esposa, não quer perdê-la e bota um chifre nela. Vai perder! Não quer perder a esposa? Não bote chifre nela. Não quer ir para a cadeia? Não cometa o crime. É igual a apendicite. Chegou lá com apendicite, tem que cortar. Não tem outro jeito! E hoje está acontecendo isso.

Mas o que eu vejo hoje são alguns pseudolíderes na Polícia Militar, querendo ser Deputado ou querendo ser político, indo na contramão, indo contra a população. Bobagem! Eu já falei isto e falo hoje: em vez de se fazer Operação Tartaruga, façam a Operação Jaguar, aquela operação que prende todo mundo. Aí, façam o que o juiz queria fazer: requisitem o campo de futebol e botem ali todos os presos. Nós temos 15 mil bandidos hoje para serem presos. Prendam todo mundo e façam uma operação arrastão, porque aí eles vão ganhar votos e virão sentar-se aqui, na Câmara dos Deputados, em todo lugar! Agora, Operação Tartaruga, Operação Lesma? Não vai levá-los a lugar nenhum.

E outra coisa: a Polícia Militar está reivindicando o que lhe é de direito. O Deputado Patrício aqui sabe sobre a reestruturação, já passou da hora de reestruturar. Não é reestruturar do jeito que eles estão querendo fazer, não. Reestruturar, hoje, a meu ver, ultrapassa esse negócio de levar. Não! É acabar com esse militarismo e unificar logo. É um comando só, um salário só, todo mundo ganhando bem e correndo atrás. Correndo atrás, não, porque quem corre atrás não pega. É correndo ao lado. Não se tem de falar mais nisso.

Não adianta botar a culpa na Câmara Legislativa, que não tem competência para legislar. Não tem! Não tem competência. Nós não podemos. Agora, podemos ir às ruas. Podemos! Não tiro o corpo fora, não. Se precisar ir às ruas, nós vamos. Agora, menoridade, eu vou dizer aos senhores: menor tem que ir para a cadeia, pelo menos no primeiro momento tem quer ir. Não dá mais! Estão matando!

Vejam vocês, Águas Claras, Sobradinho, Planaltina, tudo tem menor envolvido. Então tem que dar um choque de gestão, para depois fazer profilaxia. Vir melhorando, fazendo o social, para que possa resolver o problema. Nós temos de fazer alguma coisa. O que não dá é a sociedade pagar por uma inércia de quem tem de fazer alguma coisa, que é o Poder Público e o Legislativo Federal. Em matéria de segurança pública, não é o Distrito Federal.

Agora, colocar a culpa em secretário de segurança? Colocar a culpa em comandante de PM, diretor de Polícia Civil, governador? Todo mundo tem culpa. Eu quero dizer a vocês que me sinto muito à vontade para dizer que diminuo a criminalidade. Só que meus métodos não vão passar de um dia. Eu estou sendo sincero, não vão passar de um dia. Vai ser Ministério Público, vai ser Judiciário, vai ser todo mundo em cima de mim, mas eu diminuo. Podem ter certeza!

Vamos fazer um laboratório? Falo com o Ministério Público e o Judiciário o seguinte: segurem um pouquinho, não vou matar ninguém nem vou torturar, mas vou tratá-los conforme eles tratam a população. Vamos fazer, para ver se não dá certo? Vamos fazer? Vamos fazer o que foi feito em Sobradinho II, micro, macro.

Outra coisa: a Polícia Militar não está só atrás de salário, não. Ela está atrás é de respaldo. Ela está atrás é de segurança para trabalhar. Ela está atrás é de sair às ruas, prender e ver o camarada preso. Ela está atrás é de ter respaldo. É de não ter uma corregedoria que pega no pé por qualquer besteira. De não ter um Ministério Público que os levem às barras dos tribunais por qualquer besteira. É isso, gente! Por qualquer besteirinha, o policial está sentando ali. Quem é que vai ficar botando serviço em jogo? A coisa está toda ao avesso.

Aí vemos alguns atos que são direitos humanos. Direitos humanos, direitos humanos! Eu estou ali na presidência dos direitos humanos e falo: direitos humanos são para humanos. Se bandido não é humano, não tem direitos humanos. Nunca fui visitar a Papuda. Não vou visitar preso, não, rapaz! Não vou! Não tenho dó de preso. O preso não tem dó da gente.

Certo dia eu era delegado de polícia, e o juiz só pegando no pé, pegando no pé. No dia em que a filha dele foi estuprada, ele disse: "E aí, doutor?" E aí, doutor, o quê? É a lei, está preso. Está aqui e vai para lá. Pimenta só arde nos olhos dos outros. Quando chega ao deles, aí, sim! Então tem que mudar, gente! Um tapinha não dói, não. Cacete não é santo, mas faz milagre. Está na hora de arrochar. Está na hora de arrochar bandido. Eu já vi PM morrer com a arma na mão, com medo de atirar.

Aquele rapaz, Deputado Patrício, que foi empurrado da bicicleta e pegou o cara, nós vamos ver o que aquele cara vai passar. Usou força desnecessária para conter uma força. Quem vai medir força quando está com bandido? Sei lá se está armado ou não está, eu vou botar é a força que eu tenho. Quanto mais força, quanto mais eu respiro, mais eu aperto. Aí o infeliz morre. Garanto que sobrou um pouquinho mais de ar para as pessoas de bem. Não está fazendo falta. Não sou a favor da morte, mas não está fazendo falta.

As pessoas querem discutir. Eu acho que é uma discussão bonita, mas ela é muito prolixa. Nós dizemos: o coitado não tem comida em casa, não tem isso. Porque ele não tem comida em casa, vai me matar? Pelo menos, pegue só a minha comida. O desgraçado, além de pegar a minha comida, ainda me mata? Hoje é o que está acontecendo: perderam amor pelo próximo. Então, vamos perder amor por eles também.

Eu sinto muito, vocês me desculpem, sou meio radical, e vou plagiar Newton Cruz, que disse uma vez: "Eu resolvo o problema do Rio de Janeiro". E resolvia. Quem quiser pagar para ver, paga. Dá para resolver. V.Exa. sabe, Deputado Wellington Luiz, que dá para resolver. V.Exa. está caladinho aí, mas sabe que dá para resolver. Cabo Patrício, que virou Deputado Patrício, também sabe que dá para resolver. Há métodos para resolver, quem estiver com medo não vá para as ruas. Agora os PMs estão acuados, a Polícia Civil está acuada. V.Exas. sabem disso.

O polícia que V.Exa. falou que morreu, morreu com o revólver na mão, não sabia se atirava. Bem aqui, no estádio, o polícia não sabia se atirava, não sabia o que fazia. Um chutando, outro matando, e ele não sabia o que fazia. A polícia está acuada.

Então, não é só salário, gente. Salário é bom. A polícia está precisando de salário, mas não é só salário, não. O polícia quer ter respaldo. Eu não estou falando que policial quer torturar, que policial quer matar. O policial quer ter a mesma possibilidade que o bandido. Não que ele queira ser bandido, ele quer ter possibilidade de reagir à mesma altura do bandido.

Outro dia eu vi o Bolsonaro fazer um discurso. Disse que agora saiu uma portaria da Polícia Federal: o policial tem de esperar o bandido atirar, o policial não pode mais dar tiro de advertência. Ah, por favor, vejam vocês! Outro dia eu vi a sentença de um juiz dizendo que a maconha tem de ser... Ela libera... Por favor,

gente! Nós vamos discutir segurança pública nesse nível? Eu estou ficando doido, ou velho, ou nós estamos no pau da goiaba.

Sinceramente, quando eu vejo um tio batendo palmas daquele jeito de revolta, eu sinto vontade de voltar a ser delegado. Juro para vocês, eu sinto vontade. Aqueles moleques, talvez, nunca mais matassem ninguém. Eles iam para a cadeira e não saíam mais de lá. Não voltavam, não. Porque aquilo é um absurdo. Era um jovem de 29 anos.

Nós estamos falando de Brasília, mas São Paulo, Recife, o Brasil como um todo, está a mesma coisa. O que eu quero dizer a vocês é que não adianta aqui botar a culpa, não. A culpa está nas leis. A culpa está na benevolência das leis. A culpa está no cumprimento das penas, a culpa está no processo lento. É um processo lento. Doze anos, quinze anos para uma pessoa ser condenada. Pega trinta anos de cadeia e cumpre seis. Vocês vejam que eu estou misturando tudo, para mostrar que é uma misturada. Eu poderia ser cadenciado, mas estou misturando tudo para vocês verem a miscelânea que está hoje a questão de segurança pública, ninguém sabe de nada.

O que eu vejo é que tem especialista em segurança pública que nunca prendeu ninguém. Outro dia eu vi um na televisão – não vou citar nomes –, aquele camarada nunca botou um revólver na cintura, mas é especialista em segurança pública e falava em segurança pública. Houve outro que nunca fez um flagrante. Houve outro que é coronel. Não vou citar nomes, eu acho que ele nunca botou um revólver na cintura, mas é especialista em segurança pública. Ah, por favor! O cara nunca foi a um tiroteio. Tem que saber, sim! Só sabe quem tem a prática, só sabe quem sofreu. Só sabe quem viu a população. Só sabe quem viu a pessoa chegar à delegacia e dizer que foi estuprada. Só sabe quem ouviu: "Olha, mataram meu filho ali agora, doutor". E aí a gente pergunta: "Fazer o quê?". "Doutor, o cara que matou meu filho está ali". Está ali e vai ficar. Não tem prisão em flagrante, não tem mandado de prisão.

O ECA é o melhor estatuto que se pode ter, mas eu o comparo à usina de lixo que há lá no Setor P Sul. O ECA é um estatuto de primeiro mundo, assim como a usina de lixo é de primeiro mundo. Só esqueceu-se de dizer que o lixo do Setor P não é de primeiro mundo, ela só vive quebrada. Então, nosso estatuto não serve para os nossos meninos, porque só aplica a parte punitiva. Se ele só aplica a parte punitiva, então rasguem o ECA e vamos aplicar o que tem de ser aplicado para que a nossa sociedade possa ficar livre.

Deputado Wellington Luiz, não quero desmerecer o Deputado Prof. Israel Batista, que é um conhecedor, nem a Deputada Luzia de Paula, para quem tiro o chapéu, mas nesse momento nós precisamos, sim, todos nós, ir às ruas pedir mudança no código penal, pedir a diminuição da maioridade, pedir leis mais rígidas, pedir processos mais céleres, pedir cadeia para bandido.

Estou dizendo que este meu pronunciamento está me custando caro. Tem filho meu que nem sai mais de casa porque bandido já disse: "Se sair, nós vamos pegar ele". Pega nada! E se pegar, já sabe. Tiro trocado não dói. O que dói em mim dói nele lá. Ele sabe disso. Não tem problema não. Eu não tenho medo dessas coisas, mas o problema não é esse.

Agora, neste momento, o Brasil precisa disso. Precisa urgentemente disso. Falo e vou ao debate com qualquer um, com qualquer um. E não é para ganhar voto, até porque, não me enche os olhos ter que dizer isso aqui. Também não posso aceitar quando ouço dizer que as pessoas querem mudar o Código Penal para mudar a idade no sexo, principalmente no estupro presumido. Aí são bonitos, não é? "Não, porque a menina de 14 anos já tem a capacidade de entender". Então, nós temos que baixar para 12 anos! Aí, sim. Aí ela tem capacidade para fazer sexo? Aí o estupro não é presumido aos 12 anos, aos 13 anos. Não é não. Mas você sabe por que não é? Porque a Copa do Mundo está aí. Os gringos vêm para cá e aí vai ter que prender gringo adoidado. Esse é um país – me desculpem, eu vou ter que fazer o que os trapalhões faziam – que vai para frente andando para trás. Por que os que fazem as leis querem abaixar a idade no estupro presumido? Por que no estupro presumido pode abaixar a idade? Por que a adolescente aos 12 anos tem capacidade de entender o caráter ilícito do sexo, mas no crime não tem a capacidade? Por quê? Se ela aos 14 anos... Quer dizer que ela já tem capacidade aos 13 anos? Só nos 12 que não, mas para o crime, para matar, para roubar, não!

Pensem nisso.

Era isso o que eu queria deixar aqui. Eu misturei tudo só para mostrar a vocês que é isso que está acontecendo hoje na segurança pública, nas nossas vidas. Nós não sabemos se, ao sairmos, vamos voltar. Nós estamos paranoicos. É isso o que eu fiz aqui. Mostrei que nós estamos doidos. Quem é que tem um filho adolescente e, quando esse filho sai, não liga pelo menos três vezes para ele e pergunta: Onde é que você está? Você está com quem? Está fazendo o quê? Cuidado, não fica dentro de carro. Está iluminado? Seu carro está onde? Quando você chegar em casa, me liga para eu ficar na porta te esperando. Quem não faz isso? Todo mundo faz isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?.

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, falarei breves palavras. Só quero reproduzir – e o senhor conhece bem esse caso – o pedido que um colega policial me fez quando eu era presidente do sindicato por ocasião de um sequestro. O policial, no seu trabalho, foi acusado de tortura psicológica contra o sequestrador. O sequestrador não cometeu tortura psicológica contra a vítima, mas o policial cometeu. E ele me pediu: Wellington, a única coisa que eu quero é receber o tratamento que o bandido recebe. Eu não

quero ser tratado como policial. Eu quero e preciso ser tratado como bandido para eu ter os meus direitos preservados.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte do Deputado Wellington Luiz.

Isso aí, Deputado Wellington, o que o senhor falou é a pura verdade. Nós policiais, nós cidadãos somos hoje bandidos. Senta no banco do lado, vai lá como testemunha. Quantas vezes eu, como delegado de polícia concursado, *munus publicus*, fui lá sentar, e as pessoas queriam me investigar como se eu fosse o bandido? Estão invertendo os valores. Estão invertendo os papéis. E aí está dando no que está dando aí. Aí tem que achar o culpado. O culpado somos nós aqui. O culpado é a Polícia Militar, é a Polícia Civil. Tem que se achar o culpado. Esquecem que os verdadeiros culpados são os que fazem as leis.

A Deputada Luzia de Paula nos dá o social, sim, mas isso é uma coisa que vem lá detrás. O que eu quero dizer é que a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Prof. Israel Batista têm razão, só que neste momento, nós não temos mais o que fazer. Nós não estamos damos conta. Não dá para fazer o social agora, porque o social demora. Nós estamos na UTI, ou se dá um choque de gestão nesse trem ou vamos todos morrer.

Só para se ter uma ideia, eu estava como delegado e chegou um cara baleado. Ele estava morrendo. Chegou um jovem lá e o furou aqui assim e saiu. É isso o que você tem que fazer. Tem que dar uma furada em alguém aqui e falar: vamos embora, depois faz o social, porque agora não está dando.

Nós estamos todos desesperados. Nós estamos acuados. Ninguém mais anda. Olha, nós estamos doidos, doidos, doidos, doidos, doidos, doidos. Eu estou falando para você porque eu tenho andado nas ruas e as pessoas estão assim: Ninguém mais conversa com ninguém, ninguém mais fala com ninguém. Todo mundo está se protegendo. As casas hoje são verdadeiras fortalezas. Não estamos vivendo. E não é por causa da operação da PM não. A operação da PM foi só o bode expiatório. Antes mesmo da operação da PM, nós vivenciávamos isso. Houve um aumentinho, até porque teria de haver, pois esse era o interesse, não da Polícia Militar – deixo bem claro isso –, mas de alguns pseudolíderes da Polícia Militar, e eu os desafio a dizer que é a maioria da PM! Não é! Polícia é polícia, Wellington. Você sabe disso! Polícia quando vê alguma coisa na rua, mesmo na hora de folga, age! Então, isso não é verdade. Houve um aumentinho, claro, mas não é verdade.

Agora, a questão não é essa, gente. A questão é que nós, cidadãos, nós, brasileiros, temos o melhor país. Não temos tsunami; não temos nada, mas estamos passando por um período pior do que um tsunami. Temos que reagir e cobrar dos governantes, cobrar dos legiferantes, inclusive, de nós mesmos leis que, neste momento, sejam rígidas! Dizem: "Ah, não tem presídio". Eu não quero saber de presídio não. Não quero saber. Não estou falando de ressocialização. Não é o momento de ressocializar preso! É momento de livrar dos presos. É isso o que eu quero que o pessoal entenda! É momento de livrar. É isso. Realmente é isso. Limpar.

Gente, é isso o que se faz na guerra, e nós estamos na guerra! Na guerra você limpa, depois vê o que faz com o que limpou. É isso. Não adianta! Pensem nisso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Está encerrada a fase dos Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado pela palavra. Sinceramente, acho que esse é um debate extremamente importante para todos nós e para a Câmara.

Antes de começar, eu gostaria de sugerir a realização de uma comissão geral ou uma audiência pública aqui, já que temos na Casa pelo menos nove Deputados ligados, direta ou indiretamente, à segurança pública. Sugiro que façamos uma comissão geral ou uma audiência pública para debater de verdade esse assunto da segurança pública aqui no Distrito Federal. Como todo cidadão do Distrito Federal, tenho estado muito preocupado. Está difícil sair de casa, andar nas ruas. Estamos vivendo quase um problema caótico mesmo em que as pessoas estão inseguras.

Comecei a olhar um pouco o passado e me lembro de que, em um governo anterior, houve tiro entre Polícia Militar e Polícia Civil aqui pelo mesmo motivo, praticamente a mesma coisa. Esse processo cíclico acontece governo após governo, e a gente vê, quando pegamos os números, setecentas, seiscentas, oitocentas mortes por ano, um processo explosivo de violência.

Tenho 600 mil alunos – só para dar esse exemplo – nas escolas públicas. Esses meninos estão vivendo num mundo de consumo exagerado, onde lhes é colocada a necessidade de consumir coisa que normalmente eles não têm possibilidade de consumir. As escolas não oferecem, não ofereciam e, se nós não nos debruçarmos sobre esse assunto claramente, não oferecerão nenhuma condição para que esses meninos sejam educados de forma correta e tomem um caminho que a gente espera de cidadão.

Não vai ter polícia, por mais especializada que seja, por maior salário que receba, que contenha essa violência, que é galopante e que vai crescer. Não vou aqui vaticinar, não sou nenhum homem da bola de cristal, mas vai piorar, vai piorar muito. Mesmo que o meu companheiro dedicado, competente policial que foi e que tem nas veias esse sangue, o nosso delegado Deputado Dr. Michel seja o Secretário de Segurança. Aliás, eu dei essa sugestão para S.Exa. há uns dois anos. V.Exa. está de prova, o Deputado Patrício está de prova. Numa conversa nossa, eu lhe sugeri

assumir a Secretaria de Segurança junto com o Deputado Wellington Luiz. Mas não vai ter jeito, infelizmente não tem jeito.

Aqui eu quero concordar com a Deputada Luzia de Paula e com o Deputado Prof. Israel Batista que a grande saída no longo prazo, mesmo que saiba que agora é preciso um choque, que se tem que entrar nesse processo... Mas aí eu pergunto: nós vamos diminuir a maioridade penal para que idade? Se diminuirmos para 16 anos, começam os de 14, porque a forma e a fábrica estão abertas, porque não há escola que preste; se diminuirmos para 14, vão os de 12; se diminuirmos para 12, vão os de 10. Deputado Wellington Luiz, V.Exa. sabe que meninos de 8 anos portam revólver, fumam craque, matam.

Então, não temos saída, se nós, toda a população, os governantes, os Deputados não percebermos e não dermos as mãos para fazermos um grande projeto de educação para esta cidade, para o País. Eu falo o seguinte: nós temos aqui, de emendas parlamentares, quando juntamos todo mundo, 250 milhões de reais no ano. O governo fala que não tem recurso. Aliás, Deputado Dr. Michel, V.Exa. acabou de achar uma função para esse estádio que está ai, de 70 mil lugares: vamos prender todo mundo lá. É uma função, não é? Achamos uma função para o dito Estádio Nacional.

Então, eu queria, primeiro, pedir ao Sr. Presidente que encaminhe uma audiência pública para debatermos a segurança pública com os nossos companheiros que são especialistas nisso e que estão presentes no plenário agora – o Deputado Dr. Michel, o Deputado Patrício e o Deputado Wellington Luiz – e com os outros que estão fora. Façamos um debate sério para termos condição de sair desta Casa com um grande projeto de segurança pública no Distrito Federal e com leis para dar suporte à execução desse projeto. Aqui nós temos inteligência para isso, experiências de pessoas que andaram com revólver na cintura, que fizeram trabalho nas cidades. Eu tenho certeza absoluta de que aqui nós temos massa cinzenta, inteligência, vontade e experiência prática para sairmos daqui com esse grande projeto para essa cidade. Eu acho que é nosso dever fazermos isso, fazermos essa discussão; mas, logicamente, se não debatermos, se não discutirmos, se não colocarmos emendas, se não colocarmos no Orçamento do Distrito Federal – porque aqui se vota o Orçamento do Distrito Federal – os recursos necessários para as tão esperadas creches, para escolas de tempo integral de verdade, para professores bem pagos...

Eu falei aqui num discurso... Não quero dizer que policial precisa ganhar pouco. Não, ele tem que ganhar o que ganha, mas professor tem que ganhar, no mínimo, igual a policial, porque um Estado que tem um orçamento enorme para a saúde – orçamento da saúde é para cuidar dos doentes – e tem um enorme orçamento para a força policial, passa a ser um Estado doente e policialesco, e a educação fica com o orçamento menor. Não tem futuro.

Nós podemos cuidar agora, neste momento. Fazer esse choque de que o Deputado Dr. Michel falou aqui, eu acho necessário, correto; mas, se não investirmos

de verdade nesse processo da educação de uma forma clara, com gestão de longo prazo, sem o soluço mandatário atrapalhando... O Deputado Dr. Michel disse que as forças policiais acabam virando palanques para as pessoas se elegerem Deputados. Em uma crise desta, é um espaço que todo mundo quer. Eu acho que, neste momento, a Câmara tem de se aprofundar nesse processo da segurança pública, Deputado Wellington Luiz – V.Exa., o Deputado Dr. Michel, o Deputado Patrício, o grupo de segurança que está aqui, que são vários Deputados –, para que possamos, de uma vez por todas, primeiro, ter essa visão prática de vocês. V.Exas. vão fazer as leis baseadas naquilo que vivenciaram nas ruas. Ninguém é melhor do que V.Exas. para fazer isso. Devemos ter essa base legislativa para um grande projeto se segurança pública na cidade, independentemente do governo que estiver aí, porque isso é suprapartidário. Esse processo é suprapartidário. Nós temos que fazer discussão aqui e já, urgentemente. Já perdemos tempo, três anos. Há seis Deputados de excelente qualidade que trabalham e estão diretamente envolvidos com a segurança desta cidade.

Temos que discutir urgentemente, Deputado Prof. Israel Batista – temos um professor –, um grande projeto para a educação desta cidade, com escolas de tempo integral, garantidas, integrais, com professores bem remunerados. Se temos a questão de unificar a polícia, botar o mesmo salário, vamos botar o mesmo salário para os professores, para os motivarmos com escola de boa qualidade, de dia inteiro, para que esses meninos consigam ter uma oportunidade na vida e se sintam gente, porque eles não se sentem gente.

Essa questão de humanização da polícia, Deputado Dr. Michel, eu acho fundamental, concordo com V.Exa.; mas, se não andarmos com isso conjuntamente, teremos grande parte da população com muito medo da polícia. E isso é muito ruim. V.Exa. sabe disso.

Então, Deputado Prof. Israel Batista, acho esse debate extremamente rico. Fico com muito dó de ver este plenário do jeito que está. Por isso, por achar que esse debate tem que continuar com mais Deputados, para dar continuidade a isso, eu queria dar uma sugestão a V.Exa., que está presidindo esta sessão: uma comissão geral sobre segurança pública nesta Casa ou mesmo uma audiência pública, para começarmos um debate aprofundado, sério, consequente, porque é muito bom haver esse tipo de debate.

Posições foram aqui colocadas, cada um colocou sua posição pela sua visão de vida: a Deputada Luzia de Paula, que é uma mãe crecheira, que tem essa visão da criança lá na base; e o nosso delegado, nosso agente de polícia, nosso policial militar, que tem a visão de combater os ilícitos, como consequência de um modelo de gestão de Estado falido. Essa é a lógica que eu queria colocar.

Sr. Presidente, obrigado. Estou satisfeito pela intervenção.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para V.Exa. ver como esta Casa de Leis é uma casa de debates. Isso é muito interessante. Acredito que esta legislatura é uma das boas que aqui existiu, até porque nós falamos a mesma coisa com palavras diferenciadas.

O meu discurso todo vai na mesma direção do discurso de V.Exa., do do Deputado Joe Valle e do da Deputada Luzia de Paula. Ele, simplesmente, pede que nós façamos um adiantamento emergencial. V.Exa. há de convir que, se uma pessoa está hoje com apendicite e V.Exa. lhe der um anti-inflamatório, não vai resolver o problema. Por quê? Porque a apendicite supurada, ou você a tira ou ela vai te matar.

Hoje, por mais que nós queiramos trabalhar o social para termos um resultado imediato, ele não vai surtir efeito, porque o câncer está instalado. Nós precisamos cortar esse câncer fazendo paralelamente o trabalho social, que é um trabalho mais demorado. É isso que quero dizer.

Em momento algum, eu seria ignorante em dizer que o trabalho social, que deve ser feito... Até porque eu vivenciei isso. Eu usei a pressão lá em Sobradinho II e, no momento em que se distensionou, voltou tudo ao que era antes. Você tem que trabalhar a pressão, vir com o social e mantê-la quando sair aquela tensão. Então, é lógico...

Quando eu falei do ECA, eu quis dizer o seguinte: quem já leu o ECA do primeiro artigo até o artigo duzentos e sessenta e poucos, vai ver que é excelente. O art. 1º diz, Deputado Prof. Israel Batista, que a criança, quando está lá no ventre da sua mãe, tem direito a lazer, a cultura, a moradia, a alimentação. Ela tem todos os direitos de um ser humano. Imaginem como é maravilhoso. Imaginem essas meninas, como diz a Deputada Luzia de Paula, que estão lá no Sol Nascente engravidando sem terem uma casa, sem terem... O que vai nascer delas? Um protótipo de vagabundo, é lógico.

É isso que quero dizer, que nós precisamos emergencialmente cortar aqui, paralisar aqui e trabalhar esse social para não deixarmos acontecer o que está acontecendo hoje, porque, ao deixarmos continuar assim, nós ficaremos enxugando gelo o resto da vida, dando bolsa-estudo, dando bolsa disso, dando bolsa daquilo, continuando essa bola de neve.

Não se conteve essa situação hoje emergencial, fizemos o que tinha de se fazer, mas o cancro está aqui e vai comendo. O câncer é muito mais forte do que isso e vai comendo. Daqui a vinte anos, teremos feito tudo o que tínhamos que fazer, mas o que tínhamos que ter extirpado, não extirpamos. Então, o que eu acho é que temos que andar paralelamente, os dois.

Hoje digo aos senhores, com conhecimento de causa: precisamos, para conter a violência, dar um choque de gestão. E qual é o choque de gestão? Limpar. Mas limpar mesmo, sem dó, e começar de novo, como foi feito depois daquele

*tsunami* que houve no Japão. Começaram de novo. Estamos vivendo um *tsunami*! Eu pergunto: o senhor tem coragem de andar tranquilo nas ruas, hoje? Quem tem? Quem tem? Ninguém tem. Era isso o que eu tinha para falar.

Quero deixar bem claro que não estou aqui contestando a fala do senhor, que é um *expert* em educação. A Deputada Luzia de Paula é uma pessoa por quem tenho a maior reverência, pelo amor de Deus! Sei do trabalho social dela e ainda digo mais: não voto nela porque tenho compromisso comigo, senão meu voto seria dela, pode ter certeza. Não posso deixar de votar em mim, porque seria covardia, mas tenho a maior reverência por ela. Agora, nesse momento que estamos vivendo, ou vamos para cima desses vagabundos ou não vai ter jeito, gente.

Era isso o que eu queria dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Muito obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar, primeiro, defendo, sim, o meu posicionamento.

Acho que o Brasil precisa repensar essa questão da redução da maioridade penal, agora temos que entender – quero que isto fique bem claro. Este é o meu entendimento – que as ações não só podem como devem ser paralelas. Acho que a gente tem de extirpar, sim, a impunidade. Ela tem que acabar. Contudo, se não matarmos a violência no seu nascedouro – e só se faz isso através da educação e da oportunidade –, de nada vai adiantar, porque somos, sim, como bem disse o Deputado Joe Valle, uma fábrica de bandidos, de criminosos.

Temos exemplos bem sucedidos aqui no Distrito Federal. Tivemos a oportunidade, Deputado, de fazer um trabalho no Varjão, que era a terceira cidade mais violenta do Distrito Federal. Lá, demos o choque que o Deputado Dr. Michel pregou: tiremos de lá os traficantes, de um jeito ou de outro, e imediatamente o Estado assumiu o seu papel, dando oportunidades às pessoas Hoje o Varjão, para nosso orgulho, é uma das cidades mais tranquilas e com um dos metros quadrados mais valorizado do Distrito Federal. Por quê? Porque o Estado assumiu o seu papel. A educação é fundamental.

Temos que agir, sim. Acho que todos nós, aqui, temos razão. Acho que, pela experiência colhida aqui, a gente tem que colocar tudo na mesma cumbuca. Temos que extirpar a impunidade, mas temos que, de uma vez por todas, valorizar a educação, porque enquanto o nosso povo não for educado, ele vai continuar sendo vítima da violência e agonizando nas mãos dos criminosos, que são fruto, sim, dessa sociedade que estamos construindo.

Então, o debate é ótimo e precisa continuar. Como bem disse o Deputado Joe Valle, está provado, pelo pouco que se discutiu aqui, podemos contribuir muito e não podemos mais nos acovardar. Conhecimento de causa, nós temos. E é isso o que a sociedade espera de nós. Ela, que nos elegeu, espera da gente um papel do qual possa se encher de orgulho. Não podemos nos omitir.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do meu gabinete, observei atentamente o pronunciamento de todos os Parlamentares e desci para fazer uso também da palavra. Claro que, como os demais Parlamentares, vou falar com muita calma e serenidade, para que ninguém ache que estou falando pela emoção ou por um fator político, Deputado Dr. Michel, Deputado Joe Valle, Deputada Luzia de Paula, Deputado Wellington Luiz e Deputado Prof. Israel Batista.

Este plenário deveria estar lotado. É fácil chegar ao plenário, Deputado Prof. Israel Batista, fazer o discurso e ir para o gabinete ou cumprir a agenda. É fácil dizer que é uma situação de crise, colocar a culpa em a, b ou c, retirar-se do plenário e não ouvir mais a fala dos demais Parlamentares.

Cada um que aqui está demonstra a preocupação ou não com essa crise, mas temos que pontuá-la. Por tudo que ouvi de todos os Parlamentares que aqui estão, todos têm a contribuir com a situação da crise que se instalou no Distrito Federal. A primeira coisa que alguém faz quando quer resolver qualquer tipo de problema, Deputado Prof. Israel Batista, é admitir que existe um problema. É admitir que existe uma crise. Há uma crise estabelecida no Distrito Federal. Não dá para dizer que não há crise e não dá para nos negarmos a falar sobre ela. Cada Deputado ou Senador eleito no Poder Legislativo, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, e cada membro do Poder Executivo tem que assumir sua responsabilidade.

Peço a V.Exa. e aos Parlamentares que tenham um pouco de paciência, em função do tempo, para que a gente pontue o que acontece e o que pode ser feito, porque é importante. O Deputado Dr. Michel generalizou tudo, mas pontuou todas as causas e soluções da crise. O Deputado Joe Valle e a Deputada Luzia de Paula, que conhece a questão social muito bem, também. O Deputado Wellington Luiz, que é policial de carreira e combateu o crime nas ruas também sabe dessa situação. E V.Exa., que é educador, sabe que a educação é a base de tudo. Mas é preciso que a gente separe cada um dos fatores que nos levaram a essa crise. Se existe uma crise, é porque existe alguma coisa errada, Deputado Dr. Michel. Podemos até não querer apontar o culpado, mas há culpado. Não se chega a uma crise dessas sem que ninguém seja culpado. É preciso que a gente estabeleça a verdade, Deputado Dr.

Michel. Existem culpados nessa crise. Talvez não seja só um. Cada um tem a sua atribuição, a sua parcela de culpa nessa crise. Se não deixamos isso claro, fica parecendo que a crise surgiu do nada. Ela não surgiu do nada.

É bom que a gente entenda que, no decorrer dos anos, tivemos um crescimento desordenado aqui no Distrito Federal. Os gestores do governo do DF não faziam planejamentos para a saúde, educação e segurança. Não pensavam isso. E, se não pensavam e não faziam planejamento, Deputado Prof. Israel Batista e Deputada Celina Leão, também não planejavam a entrada e a saída dentro dos órgãos de segurança pública. Eu me lembro, por exemplo, Deputado Dr. Michel e Deputado Wellington Luiz, que vieram da segurança pública, de que na época de um governador que passou pelo DF, contratava-se até 4 mil policiais militares em uma chamada de concurso público. Não se prezava pela capacitação nem pela qualificação de quem iria fazer o concurso. Exigia-se, às vezes, a 4ª série primária para ingresso na Polícia Militar. A preocupação não era a eficiência e a eficácia no atendimento à população, mas o número de policiais que estaria nas ruas.

Então, é preciso que o gestor público e quem quer debater o assunto realmente se preocupem com esse fato. Na verdade, os governos agiam com soluções paliativas, e chegamos à crise atual. Todos os governos, independentemente de quais sejam, têm a sua parcela de responsabilidade. Todos! E todos que estiveram no comando da Polícia Militar, no comando do Corpo de Bombeiros e na Secretaria de Segurança Pública também têm a sua parcela de responsabilidade, a sua culpa.

Deputado Joe Valle, V.Exa. brigou para que houvesse o Batalhão Rural. Ele foi instituído. O Batalhão Rural funciona, Deputado Joe Valle, tem efetivo, teve planejamento para o número realmente suficiente de policiais, a quantidade de viaturas, as escalas que deveriam ser aplicadas? Não. De onde era necessário ou não, qual o tipo de policiamento? Não teve.

Então, se o gestor fizesse como nós, aqui na Câmara, na Mesa Diretora anterior, quando fizemos um planejamento para os próximos dez anos, que foi o planejamento estratégico, por meio do Copei... É isso que o gestor público tem que fazer. Pegamos a Câmara em estado de crise. Reduzimos os gastos e planejamos. Entregamos a Câmara para a Mesa atual sem nenhum problema. Se há algum problema, que a Mesa atual o apresente! As nossas contas foram aprovadas e não existe nenhum questionamento.

Na questão da segurança, os governos aplicaram soluções paliativas, Deputado Dr. Michel. Fiz parte dos dois lados. Subi em carro de som, fiz movimento paredista, chamando assembleia e fazendo operação tartaruga e operação-padrão. Lembra-se, Deputado Wellington Luiz, quando V.Exa. era o presidente do sindicato, de quantas vezes fizemos? Mas há uma diferença: o respeito pela vida, o respeito à sociedade, pois nunca fizemos o movimento em ano eleitoral, V.Exa. sabe disso. Fazíamos movimento todos os anos, mas em ano de eleição não fazíamos, para não se tornar um movimento político. Não fazíamos isso, pois é preciso ter

responsabilidade com o Estado e com a sociedade; e não oportunismo. Existe uma insatisfação na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Existe uma indignação e uma cobrança pelas promessas feitas em campanha, Deputado Aylton Gomes. Os profissionais querem o atendimento. Não é meia dúzia que está insatisfeita ou indignada, é um movimento dentro da caserna da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Por que esse movimento veio ao longo dos anos?

Eu estive em várias reuniões desde o final do ano na Seap e no Buriti com o Governador. Hoje, estive em reunião com o Governador e com o Secretário de Administração Wilmar Lacerda durante longas horas, por isso demorei a chegar aqui no plenário. Durante várias horas nos reunimos para discutir a crise para encontrarmos uma solução para ela, não para fazer política com ela.

Nós temos um problema. Deputado Joe Valle, no ano de 2011, talvez V.Exa. não se lembre, fizemos reunião no auditório da Câmara Legislativa, eu era o Presidente da Casa, para discutir um plano de cargos e salários para os policiais e bombeiros militares. Em cada reunião que realizamos no auditório havia de mil a mil e quinhentos policiais e bombeiros fardados, oficiais e praças, com liberdade de expressão para debater. No dia 16 de junho de 2011, publicamos na internet um plano de cargos e salários para os policiais e bombeiros militares. Vimos a passagem de três comandantes do Corpo de Bombeiros e de quatro na Polícia Militar, mas o Secretário de Segurança Pública, Deputado Dr. Michel, é o mesmo: Sandro Avelar. Tivemos também a participação de policiais e bombeiros militares, via internet, que contribuíram para a elaboração de um plano de cargos e salários.

Temos carreira, Deputado Dr. Michel, para os oficiais, mas para os praças não temos; não existe carreira para praça. Essa proposta é de conhecimento da Seap e do Governo do Distrito Federal. Hoje, fiz questão de entregar novamente para o Governador e para o Secretário Wilmar Lacerda.

No dia 17 de dezembro, Deputado Dr. Michel, Deputada Luzia de Paula, Deputada Celina Leão, Deputado Joe Valle, eu dei um entrevista em um veículo de comunicação, no *Jornal de Brasília*. Todos os dias o Secretário dizia que a situação era de normalidade, ditava os números, mas dizia que não havia operação tartaruga ou insatisfação. Eu fui lá e disse que a operação tartaruga estava em pleno vapor. E ela estava, o resultado está aí. A culpa da violência não é dos policiais militares, não é da Polícia Militar, nem do Corpo de Bombeiros, nem da Polícia Civil, é dos gestores que não querem resolver o problema. Quem é gestor tem de assumir a responsabilidade.

Eu entreguei para o Governador hoje... Eu disse também na entrevista no dia 17 de dezembro que há tempo de fazer a carreira da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Fizemos isso na Câmara Legislativa com mais de 23 carreiras de profissionais, incluindo a área de segurança pública e outras áreas, Deputado Dr. Michel.

Se o Governador encaminhar uma proposta ao Palácio do Planalto e for encaminhada ao Congresso, dá tempo de aprovar. Mesmo sendo ano eleitoral, temos até o dia 5 de abril para aprovar. Podemos pensar aqui na questão social, na mudança do Código Penal, mas essas são mudanças a longo prazo, Deputado Joe Valle. É preciso haver ações para curto, médio e longo prazos, pois a população não pode sair às ruas com medo de perder a vida e nem os policiais, Deputado Dr. Michel, sem motivação e sem ânimo para trabalhar. Por mais que corra sangue de policial nas veias, Deputado Dr. Michel, ninguém irá trabalhar desmotivado depois de presenciar todos os servidores públicos do Distrito Federal terem suas carreiras reestruturadas ou criadas e eles serem desprezados e não terem sua carreira aprovada pelo Congresso Nacional.

Não é a Câmara Legislativa que irá legislar. Eu falei com o Governador hoje: se dependesse da Câmara, não haveria problema. Eu duvido que um Deputado aqui não aprovasse e melhorasse inclusive o projeto para os policiais e bombeiros militares, Deputado Dr. Michel, Deputada Celina Leão, Deputada Luzia de Paula, Deputado Wellington Luiz, Deputado Joe Valle. Nós fizemos isso com os outros servidores, mas é preciso encaminhar ao Congresso Nacional para que se resolva.

Então, a categoria pode ficar tranquila, porque o governo tem que resolver. É uma questão de segurança pública, mas é uma questão de resolução da crise no Distrito Federal, que passa pelo atendimento das reivindicações dos componentes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, independentemente de quem seja a liderança, porque é inadmissível que se faça movimento durante um ano, com mais de dez assembleias chamadas, com mais de dez reuniões com o Governo do Distrito Federal, que se sente com o comando da PM e com o comando dos bombeiros, Deputado Joe Valle, e não se apresente uma proposta de reestruturação. Só falam que querem reestruturação, mas não apresentam proposta. E não dizem qual é o reajuste que querem para os companheiros policiais e bombeiros militares.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. foi sindicalista e sabe disso, nós sindicalistas apresentamos a proposta e o governo que apresente a contraproposta para a categoria. Como é que eu chego a uma negociação se não tenho proposta, Deputado Aylton Gomes? V.Exa. negociou várias vezes. Uma liderança chega e não apresenta proposta e diz que está ouvindo os policiais bombeiros militares. V.Exa. participou várias vezes e se lembra de que nós chegamos com uma proposta para o governo apresentar uma contraproposta. Não dá para brincar de ser liderança e não dá para brincar com a vida da sociedade do Distrito Federal.

Deputado Aylton Gomes, V.Exa. se lembra das reuniões – eu citei antes de V.Exa. chegar – que nós fizemos no auditório da Câmara para construir uma proposta. V.Exa. participou disso. V.Exa. colocou o gabinete à disposição. V.Exa. abriu o *site* para receber proposta. Nós recebemos, e está nas mãos do governo. Nós já calculamos o impacto, Deputado Aylton Gomes, para o governo. Serão 150 milhões/ano. Parece muito? Será que alguém vai dizer que é muito? Foi quase 1

bilhão a isonomia dos servidores da saúde pública do Distrito Federal. Então, nós não estamos pedindo muito e os policiais e bombeiros não estão pedindo muito.

Deputado Aylton Gomes, pedimos uma reestruturação de carreira, em que o policial e bombeiro sejam promovidos sem número de vagas, onde todos tenham entrada na carreira única, porque é preciso que estes sejam comandantes depois de passar por todos os níveis na instituição.

Nós queremos a criação do cargo de tenente-coronel e coronel, Deputado Joe Valle, para que o soldado comande a instituição. Por que as instituições hoje, Deputado Wellington Luiz, Deputado Dr. Michel, estão falidas? Porque quem gerencia, quem é gestor, Deputada Eliana Pedrosa, são os oficiais. Oficial não quer reestruturação da carreira. Ele quer um reajuste salarial, porque ele não vai ser beneficiado com a reestruturação. Quem é coronel vai ser promovido a quê? Então, ele não quer.

É fácil ver o Coronel Leão e outros coronéis contra a reestruturação, pregando o aumento do auxílio-moradia, Deputado Aylton Gomes. Não passam dez anos na mesma função como nós passamos, não tinham que fazer concurso e curso de oito meses a um ano na profissão. Para quem já tem a carreira instituída é fácil não querer reestruturação na carreira.

Então, é bom que os policiais e bombeiros militares saibam que é preciso a instituição de uma carreira, Deputado Dr. Michel, com a promoção, independentemente de vagas, para que ele seja promovido. Hoje um soldado, para sair cabo, demora dez anos de serviço. E olha que muitos foram promovidos, Deputado Aylton Gomes, mas não resolveu o problema. Foi uma luta que nós travamos. V.Exa. lembra em 2009. Está lá o vídeo do Presidente Lula sancionando. Foi uma luta.

Muitos foram promovidos, mas foram dez anos para sair cabo, Deputada Celina Leão, quinze anos para sair terceiro-sargento. Enquanto em quinze anos, Deputado Wellington Luiz, Deputado Dr. Michel, na Polícia Civil se chega ao topo da carreira: delegado especial e agente especial. Agora baixou para treze anos, e o Deputado Dr. Michel saiu com dez. Isso para sair sargento, Deputado Aylton Gomes, e ganhar mais 150 reais para cabo, 560 reais para terceiro-sargento... 600, 700 reais.

Deputado Joe Valle, na realidade atual, são 28 anos para sair subtenente. E olhe lá! Nós temos 800 na Polícia Militar. E quantos nos bombeiros, Deputado Aylton Gomes, esperando para serem promovidos? São 800 também nos bombeiros. Então é bom que os Deputados daqui, os Deputados Federais, os Senadores e a própria estrutura do governo se debrucem na legislação. Essa é uma parte da questão da crise, que é o atendimento de uma categoria imprescindível para o Distrito Federal. Em todo projeto que nós aprovávamos aqui, nós falávamos que só faltavam os policiais e bombeiros militares.

Então, é preciso que o governo atenda a reivindicação. Agora, tem uma outra fase nessa crise. Atendendo a solicitação e reivindicação legítima e justa dos policiais e bombeiros militares... Mas, Deputado Dr. Michel, dos praças, não dos oficiais. Dez por cento do efetivo na PM e nos Bombeiros são oficiais; noventa por cento é praça. São esses que não chegam ao topo e não têm condições de crescer na carreira; é por isso que não têm motivação. Deputado Dr. Michel, quero ver V.Exa. comandar uma tropa desmotivada para enfrentar o bandido. Pode ter sangue na veia, mas nem assim conseguirá se movimentar.

É preciso ver a realidade. Aqui foi aprovado o plano de carreira, Deputado Aylton Gomes, de várias categorias que não tinham carreira. Foram criadas aqui, neste plenário. Foi debatido nesta tribuna e colocado em votação por esta Mesa. Então, quem está na rua não vai sair enfrentando a bandidagem, Deputado Dr. Michel, sem também ser atendido. Vamos ser honestos aqui, vamos colocar a verdade para que a gente possa ir para o debate.

A outra parte da crise, Deputado Wellington Luiz, é simples. O Deputado Dr. Michel falou, V.Exa. falou, a Deputada Celina Leão falou, o Deputado Aylton Gomes falou, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Joe Valle e os outros Deputados. Só que tem culpado, Deputado Dr. Michel. É gestão. Se é gestão, tem alguém na pasta que não está gerindo adequadamente. Eu costumo chamar o Secretário de Segurança de rainha da Inglaterra. V.Exa. diz que é preciso ser operacional e ter trabalhado na rua e ter pego flagrante. Quantos flagrantes o Secretário de Segurança Sandro Avelar pegou? Quais foram as unidades da PF em que ele trabalhou? Quais as operações de que participou? Ele precisa comandar a PM, os Bombeiros, o Detran e a Polícia Civil. Não dá para sentar na cadeira e achar que tudo vai se resolver sem ir para as ruas conhecer a realidade.

Então, existe um culpado, e vou além, atendendo os anseios da categoria, e o plano atende, o Deputado Aylton Gomes tem conhecimento... E amanhã quem quiser conhecer a proposta de estruturação é só entrar no *site estruturação.com.* Está lá para todo mundo ver e tomar conhecimento da proposta, se ela atende ou não aos anseios dos policiais e bombeiros militares. Mas ela foi debatida com os policiais e bombeiros, construída por praças, Deputado Aylton Gomes, porque V.Exa. contribuiu, V.Exa. construiu, e os praças do seu gabinete também construíram, não foram os oficiais.

Mas da outra parte da gestão, Deputado Dr. Michel, é fácil dar um exemplo de como é gestão. É muito simples, até um cabo ou um ex-cabo consegue ver – apesar de ter sido Presidente da Câmara, Deputado Joe Valle, nós gerenciamos a Câmara, mas é ex-cabo. Imagine um delegado da Polícia Federal. Imagine um delegado da Polícia Federal, Deputado Aylton Gomes. É preciso ter coragem de enfrentar a crise, é preciso sentar na cadeira de governador, de presidente e de prefeito e ter coragem de fazer mudança. É preciso sentar na cadeira de Presidente da Câmara e não querer agradar a todo mundo e fazer mudança. O gestor tem que gerenciar para a sociedade e não para seus pares. E também não é para governar

para os amigos, é para a sociedade. Não é para os amigos que se governa, é para a sociedade. Eu vou dar um exemplo da Polícia Militar, para não entrar na Polícia Civil de V.Exas., Deputado Wellington Luiz e Deputado Dr. Michel, com todo respeito.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – De forma nenhuma. Eu prefiro ouvir V.Exas. falarem, vou ficar na PM e deixo o Deputado Aylton Gomes falar dos Bombeiros. Vou ficar na minha modéstia. Na PM, para dar um exemplo, nós temos um batalhão de Polícia Militar por região administrativa. Aqui, na região metropolitana do Plano Piloto, nós temos seis batalhões no Plano Piloto. Se eu sou secretário de segurança do governador, eu extingo todos. Só deixo um e coloco todo mundo para trabalhar na rua. O problema da PM e dos Bombeiros não é o efetivo. Eu não deixaria uma viatura da Polícia Militar e dos Bombeiros descaracterizada. Todas estariam caracterizadas e em condições de agir. Todo policial militar estaria com o *kit* individual que demos para cada um. E o bombeiro, Deputado Aylton Gomes, briga de V.Exa., estaria com o *kit* de emergência.

O PM e o bombeiro fazem concurso para a atividade-fim, não é para a atividade-meio. Nós temos quase 53% do efetivo da PM e dos Bombeiros em atividade-meio. É fácil um tenente e um capitão, um major e um coronel, Deputado Dr. Michel, entrar em uma viatura com um motorista, com um patrulheiro, para ir para casa e não pegar uma ocorrência, porque ninguém sabe nem que é uma viatura da Polícia Militar, ou dos Bombeiros, Deputado Aylton Gomes. Administrativa. Mas recebe o salário para ser policial militar e bombeiro. O Estado dá condições.

Então, não ficaria uma viatura sem ser caracterizada no nosso governo, Deputado Dr. Michel, se eu fosse governador e V.Exa., secretário. Não ficaria. E não teria esse tanto de comandante de batalhão. Um batalhão. Criou-se o batalhão rural, Deputado Joe Valle. Não se resolveu, porque isso não resolve. É preciso que na polícia e no bombeiro, Deputado Aylton Gomes, principalmente na polícia – vou ficar na polícia porque V.Exa. conhece mais de bombeiro, não vou entrar na área de V.Exa –, se use da inteligência, serviço de inteligência, e dar aos policiais das ruas mobilidade e comunicação. É isso.

Quer um exemplo de como não funciona não fazer planejamento? Os "kinder ovos", que são os postos policiais da Polícia Militar. Foi uma confusão, uma briga do governo local e do governo federal para instituir. Não chegaram a instituir nem trezentos, e hoje estão sendo desativados. Por quê? Não atende à sociedade, é uma cultura ultrapassada. Na verdade, o modelo está ultrapassado. É preciso que o Governo Federal, a Presidente Dilma, a Câmara e o Senado tenham coragem de chamar os governadores e prefeitos para criarem a polícia única. Em todo país do mundo tem, quem quiser vai ver, com um segmento ostensivo e outro judiciário. Se nós temos uma delegacia em cada cidade, Deputado Dr. Michel, por que o delegado não pode ser o chefe e todo policial militar estar na delegacia? Qual é problema, Deputado Wellington Luiz, de V.Exa. ser agente descaracterizado e o policial

uniformizado? Nenhum. Solução. E acabariam os quartéis, a máquina pesada, inchada, e você enxugaria a máquina para pôr efetivo nas ruas.

A solução, Deputado Dr. Michel, como a formulação e a mudança do código penal, que nesse ano eu não acredito que vá acontecer, mas os novos Deputados Federais e Senadores farão com certeza... É preciso que se faça tudo isso, Deputada Luzia de Paula, e também cuidar do social, das nossas crianças, da educação. Mas, a curto prazo, nós temos como dar uma gestão na segurança, atendendo aos policiais e bombeiros militares, e dando uma gestão na PM, nos Bombeiros e na Polícia Civil, Deputado Wellington Luiz. Tem como fazer. É só quem está na cadeira, Deputado Dr. Michel, ter coragem de fazer e não se esquivar. É isso que tem que ser feito.

Então, a solução é simples, e não dá para fingir que não tem uma crise, como diziam que não tinha Operação Tartaruga, que não tinha insatisfação, que não tinha crise nenhuma. A crise está aí. Se quiser, tem como resolver.

Eu, Deputado Aylton Gomes, tive uma reunião longa com o Governador hoje. Longa. E coloquei para ele: se ele quiser resolver a crise, ele tem como resolver. Expliquei durante horas para ele e olha que eu tenho me reunido quase todos os dias da semana, com ele, com o Secretário de Administração e outros secretários. Só não me reuni, Deputado Dr. Michel, com a rainha da Inglaterra, porque aí, com toda humildade, não dá para, a alguém que ficou dois anos e meio na pasta e não ter feito nada, você dizer para fazer algo. Aí não dá, porque o Governador, na verdade, deveria ter exonerado o Secretário há muito tempo. Se tivesse ouvido V.Exa., o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Cláudio Abrantes, aqui, na Casa, com certeza, já teria mudado. Aliás, se tivesse ouvido V.Exas. mais o Deputado Aylton Gomes e os nove Deputados, como diz o Deputado Joe Valle, nós não estaríamos na crise que estamos. Da mesma forma, Deputado Joe Valle, se ouvisse V.Exa. na questão agrícola e rural, nós também não estaríamos na situação que nós estamos.

Então é preciso conversar, dialogar, e quem senta na cadeira tem que ter paciência, sabedoria e ouvir muito, muito, para encontrar solução de todos os problemas, de todas as crises, para fazer o bem para a sociedade do Distrito Federal.

Era isso que eu queria dizer, Presidente, aos Deputados aqui presentes.

Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para contextualizar aqui, eu estava ouvindo a fala do Deputado Patrício do meu gabinete, e acho que é importante colocar que eu estava presente desde o começo da sessão. Eu fiz discurso sobre segurança, e voltei para o meu gabinete porque tinha atendimento para fazer, mas tanto estava acompanhando a discussão que retornei ao plenário. Só que eu acho que esse tema tem que ter a participação de vários elementos na comissão geral de quinta-feira.

Com toda humildade, eu estava falando isso para o Deputado Wellington Luiz, nós temos uma bancada aqui que precisa ser respeitada, que é a bancada da segurança. Apesar de o requerimento ser de minha autoria, eu queria compartilhar com os companheiros que estão aqui a autoria dessa comissão geral, para que seja nossa, dos companheiros da segurança pública, que têm autoridade, sim, e legitimidade para falar sobre o tema. É claro que, se nenhum companheiro quisesse debater sobre isso... eu faria o debate, mas, a partir do momento em que vemos o engajamento dos colegas, dos Parlamentares em falar sobre a crise, cada um no seu segmento, como o Deputado Aylton Gomes pelo Corpo de Bombeiros, os Deputados Wellington Luiz e Cláudio Abrantes pela Polícia Civil, e o Deputado Patrício pela Polícia Militar.

Então, é importante, Sr. Presidente, reassinarmos esse requerimento com a autoria dos companheiros que estão aqui para que façamos uma comissão geral para escutar a proposta do Deputado Patrício, que é da área, que está falando sobre essa reestruturação, para ouvir qual é a ação do governo e quais são as propostas dos outros companheiros a fim de que realmente tenhamos algo de efetivo e de que esta Casa se posicione de forma clara perante a sociedade.

Este é o encaminhamento que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Celina Leão, nós, enquanto V.Exa. não estava aqui no plenário, fizemos sugestões para que pudéssemos debater esse tema de uma forma mais profunda para resolver essa crise, mas sempre, quando as crises chegam a esse ponto, as resoluções dos governos são paliativas. Foi isso que comentamos. A Câmara Legislativa deve ter um posicionamento. Ouvi atentamente o Deputado Patrício e vi que temos inteligência nesta Casa para fazer uma proposta de planejamento definitivo para uma política de segurança clara, pragmática, de boa qualidade, efetiva para o Distrito Federal. Não tenho dúvida disso.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para colaborar com a Deputada Celina Leão. Deputada, se V.Exa. não se importar, hoje não há Ordem do Dia, não vai ser votado nenhum requerimento, nenhuma matéria. V.Exa., amanhã, por exemplo, poderia apresentar um requerimento de autoria de vários Deputados, com o nome de todos. Todo mundo assinaria, aprovaria amanhã mesmo, e, na quinta-feira, faríamos essa comissão geral com um debate envolvendo todos os Deputados, autoridades, e, claro, quem quisesse participar.

Quero elogiar V.Exa. pela iniciativa dos seus dois requerimentos, um de audiência pública e um de comissão geral. Eu apresentei um requerimento, o qual retiro, para que possamos apresentar um requerimento de autoria de vários Deputados, fazer esse debate e contribuir. A Câmara Legislativa não pode se furtar a esse debate, independente de ela não poder apresentar uma resolução, como disse

o Deputado Dr. Michel, de aprovação de projetos. Mas nós podemos encaminhar algo para a bancada federal para ser aprovado no Congresso Nacional – na Câmara e no Senado. E também podemos ouvir o Secretário, porque até hoje S.Exa. não fez uma série de coisas que evitariam a crise que surgiu no Distrito Federal. Para S.Exa. vir aqui também e ter oportunidade de falar, para a gente falar olhando olho no olho, para não ficar parecendo que a gente fala quando S.Exa. não está aqui, pois não tenho problema algum de olhar no olho dele e dizer tudo o que eu disse aqui. Vou até além quando S.Exa. estiver aqui. Quero que S.Exa. esteja presente para que eu diga umas verdades para ele e para outras autoridades do governo que até hoje não se atentaram para a situação de crise que se estabeleceu na segurança pública do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Patrício, se V.Exa. quiser, eu convoco S.Exa. para a Comissão Especial de Transparência, Governança e Controle Social. Com um pedido de V.Exa., a gente convoca a autoridade aqui.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de assinarmos esse documento, poderíamos pedir para que a direção-geral da Câmara Legislativa veiculasse na televisão que as pessoas viessem e, em vez de convocar, poderíamos convidar as autoridades para vir participar. Neste momento, se fizéssemos uma convocação, acirraríamos a crise. Aí, vem quem quiser. O debate é na Câmara Legislativa, e poderíamos convidar as autoridades civil, militar e eclesiástica, se quiserem vir.

Na mesma propaganda da Câmara Legislativa que é veiculada na televisão e no rádio, já que é uma crise, poderíamos falar com o Secretário-Geral para que veicule essa audiência ou comissão geral. V.Exa. poderia fazer isso, Sr. Presidente, como V.Exa. está presidindo esta sessão, já que o nosso Presidente se encontra nos Estados Unidos tomando café com o Barack Obama, o que é válido, até para S.Exa. conhecer o negão. Vai resolver a crise nos Estados Unidos, qual é o problema?

Como a Deputada Celina Leão não tem ciúme de ninguém, poderia ser veiculado algo institucional da Câmara Legislativa dizendo que os 24 Deputados Distritais convocam a população em geral. Acredito que poderíamos fazer um bom texto, pois isso é de suma importância. E aí, poderia sair da Presidência desta Casa – V.Exa. poderia levar o assunto ao Vice-Presidente, que está fazendo as vezes... – um convite para o Secretário de Segurança, o Chefe da Casa Militar, o Comandante do Corpo de Bombeiros, do Detran, da Polícia Civil, as autoridades todas comparecerem, bem como os Deputados Federais, os Senadores. Eu acho que seria de grande valia essa discussão. Nós poderíamos fazer aqui uma grande audiência pública ou comissão geral. Aqui fica a minha colocação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Dr. Michel, eu vou providenciar isso. Vou falar, logicamente, com o Presidente em exercício. Eu acho a ideia maravilhosa. Neste momento, a Câmara Legislativa, como Câmara Legislativa, se posiciona claramente, traz a discussão para cá e chama a crise para resolvê-la, até porque são nove Deputados, Deputada Celina Leão, ligados direta ou indiretamente à segurança pública. Então, eu acho que é extremamente legítimo.

Quero parabenizar V.Exa. pelo seu ato de abrir mão desse processo para que todos os Deputados possam assiná-lo, até porque é uma questão, hoje, da Casa. Todos nós estamos preocupados com isso, e a Casa vai ter muito a ajudar na resolução dessa crise e realmente sair como um espaço de discussão claro, democrático, republicano, que é a verdadeira função desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h46min.)